

# GEOGRAFIA DO BRASIL

Jurandyr L. Sanches Rostko

AGRICULTURA BRASILEIRA  
TRANSFORMAÇÕES RECENTES

*Arivaldo Umbelino de Oliveira*

Geografia Agrária I – Profa. Dra. Valéria de Marcos

Texto 14

85 cop.

OLIVEIRA, A. U. de. Agricultura brasileira transformações recentes. In: ROSS, J. L. S. (org). *Geografia do Brasil*. 5ª. ed. rev. ampl. São Paulo: EDUSP, 2005. p. 465-534.

Grazielle Cristina Bozi Costa  
Nº Funcional: 3499805  
Chefe Administrativo  
Serviço de Gravação - EUSP

edusp

030

O estudo da agricultura brasileira deve ser feito no bojo da compreensão dos processos de desenvolvimento do modo capitalista de produção no território brasileiro. Toma-se, portanto, como ponto de partida a concepção de que esse desenvolvimento é contraditório e combinado. Isto significa dizer que, ao mesmo tempo em que esse desenvolvimento avança, reproduzindo relações especificamente capitalistas (implantando o trabalho assalariado através, por exemplo, da figura do "bóia-fria"), produz também, contraditoriamente, relações camponesas de produção (através do trabalho familiar).

Esse processo deve ser entendido também no interior da economia capitalista atualmente internacionalizada, que produz e se reproduz em diferentes lugares no mundo, criando processos e relações de interdependência entre Estados, nações e sobretudo empresas. A compreensão desses processos é fundamental para o entendimento da agricultura brasileira, pois eles provocam o movimento de concentração da população no país. Esse movimento migratório está direcionado para as regiões metropolitanas, as capitais regionais, enfim, para as cidades de uma maneira geral. Desde a década de 60 a população urbana ultrapassou a população rural. É importante lembrar que em 2000 a população urbana representava mais de 81% da população total do país. Com relação à população rural, observa-se, na década

de 90, o seu declínio em termos absolutos de 35,8 para 31,8 milhões. Na década de 80, ela também caiu de 38,5 para 35,8 milhões. Dessa forma, a concentração da população revela que praticamente a metade da população urbana está concentrada nas regiões metropolitanas brasileiras. Formou-se assim, no Brasil, o *locus* da concentração da força de trabalho e, conseqüentemente, do capital: as grandes regiões industriais. Convém lembrar, também, que no interior dessas regiões metropolitanas a escassez do acesso aos serviços básicos e a especulação imobiliária geraram o processo de crescimento vertical nessas metrópoles, que atinge hoje também as capitais regionais e as cidades médias do país, generalizando-se.

No campo, esse processo de desenvolvimento capitalista está igualmente marcado pela industrialização da agricultura, ou seja, o desenvolvimento da agricultura tipicamente capitalista abriu aos proprietários de terras e nos capitalistas/prorietários de terra a possibilidade histórica da apropriação da renda capitalista da terra, provocando uma intensificação na concentração da estrutura fundiária brasileira. A marca principal desse processo é a territorialização do capital, sobretudo dos monopólios, que em geral atuam sob a forma de oligopólios. Porém esse processo está também, contraditoriamente, marcado pela expansão da agricultura camponesa, onde o capital monopolista desenvolveu lianes para subordinar e apropriar a renda da terra produzida pelos camponeses, transformando-a em capital. Nesse caso, o capital não tem necessariamente se territorializado, mas sim monopolizado o território quando este está ocupado pelos camponeses. É pela compreensão desta lógica de desenvolvimento da agricultura que se deve entender o campo brasileiro e as suas transformações recentes.

## 8.1. A INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA

### 8.1.1. A INTERNACIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA

A lógica do desenvolvimento capitalista na agricultura se faz no interior do processo de internacionalização da economia brasileira. Esse processo se dá no âmbito do capitalismo mundial e está relacionado, portanto, com o mecanismo da dívida externa. Através dele os governos dos países endividados criam condições para ampliar a sua produção, sobretudo a industrial. Para pagar a dívida eles têm que exportar, sujeitando-se a vender seus produtos pelos preços internacionais. Os preços dessas matérias-primas (gêneros agrícolas e recursos

minerais, exceto o petróleo) têm baixado significativamente nas últimas décadas, por isso esses países têm que ampliar a produção para poder continuar pagando a dívida. Mas, para poder aumentar a produção, eles se vêem obrigados a tomar mais dinheiro emprestado e, conseqüentemente, aumentam a dívida. Em decorrência disso, têm que exportar ainda mais; logo, os preços internacionais pressionados pelo aumento da oferta tendem também a cair muito mais.

É por isso que, nas últimas décadas, tem ocorrido no Brasil uma rápida expansão das culturas de produtos agrícolas de exportação (exemplo da soja), que se sempre em detrimento das culturas de produtos alimentícios destinados ao mercado interno, isto é, ao consumo da população brasileira.

Outras vezes, o que ocorre é a alteração rápida dos hábitos alimentares da população em decorrência da expansão desses produtos. De novo, o da soja é típico. Boa parte da população brasileira cozinhava seus alimentos em gordura animal (principalmente de suínos) ou em óleos e gorduras derivados de produtos vegetais (principalmente de suínos) ou em óleos e gorduras derivados de produtos vegetais (algodão, amendoim, coco etc.). Entretanto, a partir da década de 80, o óleo de soja tomou-se o produto básico na preparação da alimentação dos brasileiros. Até campanhas publicitárias e "médicas" foram feitas ressaltando seu valor em relação aos demais produtos do gênero. Essa mudança no costume alimentar da população foi feito visando ampliar o mercado interno do óleo de soja, em decorrência das políticas de ampliação das exportações de farelo de soja, ingrediente básico utilizado na fabricação de ração animal no Brasil e principalmente no exterior.

As exportações de soja foram incentivadas pelos governos militares pós-64 com a finalidade de ampliar o comércio internacional do Brasil com a União Européia e com o Japão. Toda a expansão da cultura da soja na região do cerrado brasileiro está relacionada com os incentivos oriundos do Prodecer (Programa Nipo-brasileiro de Cooperação para o Desenvolvimento do Cerrado), assinado em 1974 entre o governo brasileiro e o japonês. Esse acordo envolveu a formação, no Brasil, de uma empresa, a Campo (Companhia de Promoção Agrícola). Para sua constituição foram organizadas duas *holdings*, sendo uma japonesa e outra brasileira. A *holding* japonesa, a Jadeco (Japan-Brazil Agricultural Development Corporation), detém 49% do capital da Campo, enquanto a *holding* brasileira, Brasagro (Companhia Brasileira de Participação Agrícola), ficou com os outros 51% do capital. Entre as 24 empresas que formaram a Brasagro estão: Banco do Brasil, Bamerindus, Banco Econômico, Banco Nacional, Cica Norte, Manah, Eucarex, Solorrico, Brahma, Florestal Acsita, Nutricia e Cia. Vale do Rio Doce. Já na *holding* japonesa estão 48 empre-

sas, destacando-se entre elas a Mitsubishi, o Bank of Tokio, a Central das Cooperativas do Japão, a Mitsui, a Ishikawajima, a Toshiba e principalmente a JICA (Japan International Cooperation Agency), que detém 50% do capital do lado japonês. A JICA é responsável pelo repasse dos investimentos japoneses no projeto. A Campo, portanto, é uma empresa multinacional. Ela tem como objetivo a colonização, ocupação e exploração de 60 milhões de hectares dos cerrados no Brasil. É responsável direta pela expansão da soja no Brasil Central (Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Tocantins e Bahia) e que já chegou inclusive ao Piauí e Maranhão, onde intensiva a expansão da cultura da soja na faixa de terras ao longo da ferrovia Carajás.

Fenômeno semelhante ocorre com a citricultura em São Paulo. Sua rápida expansão nas décadas de 70 e 80 deveu-se, fundamentalmente, à introdução no mercado norte-americano e europeu do suco de laranja nacional. Como consequência, o preço da laranja *in natura* no mercado interno tem-se nivelado ao preço do mercado internacional. Além disso, os fabricantes de suco procuram ampliar o mercado interno com suco industrializado, transformando o hábito do consumo da fruta ou do suco natural da laranja.

O processo de internacionalização da economia brasileira revela, então, que o desenvolvimento atual do capitalismo na agricultura está marcado, sobretudo, pela sua industrialização. Essa industrialização deve ser entendida como o processo de introdução do modo de produzir industrial no campo, que por sua vez provoca um inter-relacionamento intenso entre a indústria e a agricultura.

### 8.1.2. O CAPITAL MONOPOLISTA INDUSTRIAL E A PRODUÇÃO NO CAMPO

Em função do processo de articulação entre a indústria e a agricultura, muitos autores têm interpretado as transformações ocorridas no campo como ditadas exclusivamente pela indústria, ou seja, a produção na agricultura estaria totalmente entregue à vontade da indústria. Dessa maneira, a expansão do trabalho assalariado no campo seria total e absoluta. É verdade que ocorre a forte articulação entre a indústria e a agricultura, como é também verdade que ocorre a expansão do trabalho assalariado no campo. Entretanto, não é verdade que esteja ocorrendo o domínio absoluto do modo de produzir industrial e a expansão total do trabalho assalariado no campo. É fundamental explicar que o capital não transforma de uma só vez todas as formas de produção em produção ditada pelo lucro capitalista. O desenvolvimento do capitalismo se faz de forma desigual e contraditória.

Muitos autores, seguindo a primeira linha de pensamento, afirmam que o campo brasileiro está marcado pela modernização da agricultura. Inclusive, procuram mostrar que o consumo de tratores, máquinas e insumos agrícolas são a expressão material dessa modernização. Esses autores chamam essa modernização de "conservadora", ou afirmam que estamos definitivamente diante do chamado domínio do progresso técnico na agricultura.

Esses autores têm apenas em parte razão em seus argumentos, pois o processo de produzir é também um processo de consumir. É verdade que tem ocorrido um crescimento do consumo produtivo por setores do campo nos últimos anos, porém é fundamental situar esse processo no conjunto do país e entendê-lo no processo global da expansão do capitalismo monopolista no Brasil.

Em primeiro lugar, deve-se lembrar que esse processo, embora apareça por todo o país, ainda não pode ser tomado como a sua característica única e fundamental. Para comprovar esta afirmação, basta tomar os dados estatísticos referentes ao consumo de fertilizantes. Segundo os Censos Agropecuários do Brasil, apenas 18,6% dos estabelecimentos agropecuários, em 1970, consumiram fertilizantes químicos e orgânicos. Em 1975, esse percentual subiu para 22,3%. Em 1980 elevou-se para 32,1%, em 1985 caiu para 30,0% e em 1995/6 subiu para 38,3%. Observando-se também os dados referentes ao consumo dos fertilizantes químicos que são oriundos do setor industrial, verifica-se que ele atingiu um número ainda menor de estabelecimentos agropecuários: apenas 12,6% em 1970, 17,9% em 1975, 26,1% em 1980, 24,9% em 1985 e 31,9% em 1995/6.

É evidente que está havendo um aumento no número de estabelecimentos que estão consumindo fertilizantes, porém a realidade brasileira revela que em 1995/6 mais de 66% dos estabelecimentos agropecuários não empregavam nenhum tipo de fertilizante. Então a questão é a seguinte: Qual é o percentual que deve explicar a realidade do campo no que se refere ao consumo de fertilizantes: 40% ou 66%? É absolutamente lógico que os estabelecimentos que não consumiram fertilizantes representem quase o dobro dos que consumiram. Logo, a explicação deve estar centrada na relação entre os que não consumiram e os que consumiram, ou seja, a explicação deve estar centrada nos que caracterizam a maior parte do campo, e não a menor. Deve-se mostrar também o avanço do consumo de fertilizantes de 18% para 38% entre 1970 e 1995/6, mostrando que esse consumo é ainda complexo e desigual. Essa desigualdade aparece na distribuição do consumo de fertilizantes por grupos de área. Em 1995/6, no grupo que inclui os estabelecimentos de até 10 ha,

apenas um em cada quatro estabelecimentos utilizou adubos químicos; no grupo de 10 a 100 ha (faixa onde está o maior consumo, 50% do total), um em cada dois, na faixa de 100 a 1 000 ha e na com mais de 1 000 ha tivemos um em cada três estabelecimentos consumindo adubo químico. Cabe salientar que o setor de fertilizantes químicos é praticamente monopolizado pelas multinacionais.

No entanto, tomando-se os dados sobre o consumo de fertilizantes no Estado de São Paulo, verifica-se-a que eles foram mais acentuados: em 1970, 48% dos estabelecimentos do Estado consumiram fertilizantes; em 1975 foram 62%; em 1980 chegou-se a 78%; em 1985, a 73%; e em 1995/6 caiu para 71%. Essa distribuição se torna ainda mais desigual comparando-se os dados dos diferentes Estados brasileiros e a realidade da cultura de cada produto em particular. Por exemplo, no Estado de São Paulo, em 1995/6, enquanto 59% dos estabelecimentos produtores de café adubarão suas plantações, apenas 38% dos estabelecimentos produtores de banana o fizeram. Já entre os estabelecimentos produtores de soja em grão, 95% utilizaram fertilizantes, enquanto esse percentual chegou a 90% entre os produtores de batata-inglesa, a 82% entre os produtores de algodão, e 52% entre os produtores de milho e arroz. É, pois, preciso explicar toda essa diversidade referente ao consumo de fertilizantes pelos estabelecimentos agropecuários do país, e não apenas afirmar que o consumo está generalizado por toda a agricultura. O mesmo fenômeno ocorre com a força empregada nos trabalhos agrícolas e com a presença de tratores no campo. A mecanização, também, ainda não está generalizada no país.

Quando se analisa a força empregada nos trabalhos agrícolas no Brasil, tem-se que, em 1995/6, 30% dos estabelecimentos empregavam força de origem mecânica, sendo que em São Paulo esse percentual subia para 63%. Portanto, a maioria dos estabelecimentos agropecuários do Brasil (70%) utilizava em seus trabalhos agrícolas força animal ou humana.

Quanto ao número de tratores nos estabelecimentos agropecuários, segundo o Censo Agropecuário de 1995/6, em São Paulo 42% dos estabelecimentos — e no Brasil, em geral, apenas 10% — possuíam qualquer tipo de tratores. A distribuição por faixa de área para o país toda apresentava entre os estabelecimentos com menos de 10 ha: 1 trator para cada 42 estabelecimentos; entre os de 10 a 100 ha: 1 trator para cada 7 estabelecimentos; entre os de 100 a 1 000 ha: 1 trator para cada 3 estabelecimentos; e apenas entre os estabelecimentos de mais de 1 000 ha é que se tinham 2 tratores por estabelecimento. Quanto ao caso paulista, os dados expressavam outra particularidade, pois na faixa de menos de 10 ha havia 1 trator

para cada 5 estabelecimentos; de 10 a 100 ha: 1 trator para cada 2 estabelecimentos; de 100 a 1 000 ha: 1 trator para cada estabelecimento; e nos estabelecimentos com mais de 1 000 ha havia 7 tratores para cada estabelecimento.

Esses dados revelam, pois, não a generalização sumária do progresso técnico, mas sim a sua concentração, quer espacial, quer setorial, no campo. O exemplo da utilização de colheitadeiras automatizadas e combinadas é exemplar. Em São Paulo apenas 2% dos estabelecimentos no país possuíam essas equipamentos, e em São Paulo o percentual foi de 8%. Mesmo se observarmos os dados dos estabelecimentos que cultivavam soja (admitindo-se que esse produto tenha sido um dos exemplos utilizados para mostrar a modernização da agricultura), havia em todo o país colheitadeiras em apenas 38% dos estabelecimentos que cultivavam soja.

Como se pode observar, a concentração da propriedade da terra, no fundo, reflete-se na estrutura do consumo produtivo, e os dados médios do país estão longe de indicar a disseminação desse consumo de bens produtivos. Logo, deve-se mostrar em primeiro lugar a desigual distribuição desse consumo no país e nos diferentes setores produtivos.

### 8.1.3. FINANCIAMENTOS OBTIDOS PELA AGRICULTURA

Vários autores procuram sempre colocar na relação entre os agricultores e o sistema financeiro a razão fundamental do processo de expropriação no campo. O motivo para eles é simples: os agricultores não alcançam preços bons para seus produtos e, portanto, não conseguem o dinheiro para pagar suas dívidas, o que os leva a ter que vender suas terras ou entregá-las ao banco. Esse fato, seguramente, aparece no campo brasileiro, mas está longe de ser a razão básica da expropriação. Isto ocorre porque o número de estabelecimentos que conseguem financiamentos agrícolas no Brasil é pequeno, ou seja, em 1970 apenas 11,5% (567 598) dos estabelecimentos tiveram acesso aos financiamentos agrícolas. Em 1980, esse percentual subiu para 21% (1 058 058); em 1985 caiu para 12,6% (734 351); e em 1995/6, caiu também para 5,3%. Portanto, é preciso chamar a atenção para o fato de que em 1995/6 mais de 4,5 milhões de estabelecimentos, ou seja, mais de 94%, não utilizaram financiamentos agrícolas.

Outra característica do acesso aos financiamentos agrícolas pelos estabelecimentos agropecuários no Brasil está relacionada com sua concentração em determinados grupos de área. Quando se analisam os dados referentes ao ano de

1993/6, a obtenção desse crédito estava dirigida socialmente, pois 3,5% do total chegou aos estabelecimentos com menos de 10 ha; 26,5% aos de 10 a 100 ha, e os restantes 70% foram destinados às propriedades de mais de 100 ha. Em 1975, também, os médios e grandes estabelecimentos (mais de 100 ha) já haviam ficado com 68,1% do total dos financiamentos.

Em síntese, a realidade sobre os financiamentos agrícolas foi também, em 1985, a seguinte: 24,2% dos estabelecimentos que receberam financiamentos tinham menos de 10 ha e ficaram com 3,5% dos financiamentos, enquanto os estabelecimentos com mais de 1000 ha, que eram 1,5%, ficaram com 27,1% dos financiamentos. O quadro geral do Brasil é absolutamente idêntico ao caso paulista. Isto faz com que se estabeleça uma relação financiamento/estabelecimento que expressa a seguinte realidade: a maior parte dos financiamentos agrícolas tem ficado, no Brasil, com os médios e os grandes estabelecimentos agropecuários.

Portanto, a realidade nua e crua da agricultura brasileira é que os camponeses não têm sido contemplados com os financiamentos agrícolas do país. Mas são esses estabelecimentos camponeses que respondem por mais de 70% do volume total da produção agropecuária. Até aqui, pois, a grande questão que deve ser explicada: Como tem sido possível que camponeses sem acesso ao crédito e à tecnologia produzam leite? Se a explicação for buscada na lógica da modernização, ela não se sustentará, como ficou demonstrado. O caminho, então, para a explicação dessa contradição deve ser encontrado nos mecanismos que o capital tem criado para se reproduzir.

Na agricultura, o capital não tem atuado necessariamente no sentido de implantar seu modo específico de produzir (através do trabalho assalariado) em todo canto e lugar. Ao contrário, ora ele controla a circulação dos produtos agropecuários, subordinando-os à produção, ora se instala na produção, subordinando a circulação. Um processo engendra o outro. Como consequência desse movimento contraditório, temos ora o monopólio do capital na produção, ora esse monopólio, sobretudo, insinua-se na circulação. No atual estágio de desenvolvimento capitalista no Brasil, assiste-se ao predomínio do capital industrial ou comercial atuando na circulação e sujeitando a renda da terra produzida na agricultura.

#### 8.1.4. A UNIDADE (CONTRADITÓRIA) CIDADE/CAMPO

O processo de industrialização da agricultura tem eliminado gradativamente a separação entre a cidade e o campo, entre o rural e o urbano, unificando-os dia-

leticamente. Isto quer dizer que campo e cidade, cidade e campo formam uma unidade contraditória. Uma unidade onde a diferença entre os setores da atividade econômica (agricultura, pecuária e outros, em um; indústria, o comércio etc., em outro) vai sendo soldada de um lado pela presença, na cidade, do trabalhador assalariado ("bóia-fria") do campo. Além, as greves dos trabalhadores do campo são feitas nas cidades. De outro lado, pode-se constatar que a industrialização dos produtos agrícolas pode ser feita no campo com os trabalhadores das cidades. Tudo indica que o desenvolvimento do capitalismo está soldando a união contraditória da agricultura e da indústria, do campo e da cidade, que ele mesmo separou no início de sua expansão. Entretanto, agora essa soldagem está sendo feita num patamar social muito mais avançado, pois a separação na transição feudalismo/capitalismo envolveu trabalhadores individuais (camponeses, servos e artesãos), aqueles que com o trabalho da família quase tudo produziam. Agora, entretanto, a soldagem está sendo feita num processo avançado de cooperação no trabalho. Portanto, a solução para a produção, quer do produto agrícola, quer do industrial, passa a requerer necessariamente o trabalho coletivo, e a questão central desta transfe-re-se para a distribuição dos frutos da produção (salário e lucro). Essa solução passa também pela luta, igualmente na cidade, do camponês, procurando obter um preço melhor para seus produtos, ou ainda para buscar condições e vantagens creditícias e/ou técnicas de modo a poder continuar camponês, ou seja, continuar produzindo com sua família na terra. Hoje, a cidade revela essas contradições. Ela é, pois, palco e lugar dessas lutas rurais feitas em áreas urbanas e/ou lutas urbanas que ocorrem em áreas rurais. A contradição, pois, dos processos que atuam na construção e na expansão das cidades passa igualmente pela necessária compreensão dos processos que atuam no campo. Essa unidade contraditória entre a cidade e o campo não elimina suas diferenças — ao contrário, aprofunda-as, tornando cada uma mais específica, porém cada vez mais portadora da característica geral da outra.

No caso brasileiro, esse processo histórico, ao mesmo tempo em que aprofunda a luta pela reforma agrária no campo (o aumento da violência é uma evidência desse processo), transfere paulatina, mas decididamente, essa luta (pela reforma agrária) para as cidades. Até mesmo os latifundiários e grileiros da UDR (União Democrática Ruralista) atuam ao mesmo tempo no campo, onde a violência tem aumentado, e nas cidades, fazendo *marketing* político através de suas manifestações (feições de gado, passeatas etc.). O aumento da violência

tem ceifado, no campo e na cidade, a vida de trabalhadores do campo ou de suas lideranças sindicais, políticas, religiosas etc. nas cidades. Assim, cidade e campo vão-se unindo dialeticamente, quer no processo produtivo, quer no processo de luta por melhores salários, por melhores preços para os produtos agrícolas e particularmente pela reforma agrária.

#### 8.1.5. A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL E A MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

A industrialização da agricultura revela, então, que o capitalismo está contraditoriamente unificando o que ele separou no início de seu desenvolvimento: indústria e agricultura. Essa unificação está sendo possível porque o capitalista se tornou também proprietário das terras, latifundiário portante. Isto se deu porque o capital desenvolveu formas de sujeição que funcionam como peias, como amarras no campestre, fazendo com que ele produza, às vezes, exclusivamente para a indústria.

Um exemplo desse processo de desenvolvimento ocorre com as usinas ou destilarias de açúcar e álcool, onde atualmente indústria e agricultura são partes ou etapas de um mesmo processo. Capitalista da indústria, proprietário de terra e capitalista da agricultura têm um só nome, são uma só pessoa ou uma só empresa. Para produzir, utilizam o trabalho assalariado dos "boias-frias" que moram e vivem nas cidades.

Outro exemplo se dá com os produtores de fumo no Sul do Brasil, que entregam sua produção às multinacionais do cigarro. Neste caso, o capitalista industrial é uma empresa industrial, enquanto o proprietário da terra e o trabalhador são uma única pessoa, o camponês. Já nos casos em que os camponeses arrendam terra para plantar o fumo com o trabalho de suas famílias, temos como personagens: o capitalista industrial, o rentista proprietário da terra (que vive da renda em dinheiro recebida pelo aluguel da terra) e o camponês-rendeiro, que trabalha a terra com a família.

Esses dois processos de desenvolvimento capitalista no campo revelam que, no primeiro caso, o capital territorializa-se. Trata-se, portanto, do processo de territorialização do capital monopolista na agricultura. No segundo caso, revela-se que o capital monopolista o território sem, entretanto, territorializar-se. Trata-se, pois, do processo de monopolização do território pelo capital monopolista.

No primeiro mecanismo, quando o capital se territorializa, ele varte do campo os trabalhadores, concentrando-os nas cidades, quer para serem trabalhadores



75. Manifestação em Brasília, da União Democrática Ruralista, UDR.

da indústria, comércio ou serviços, quer para serem trabalhadores assalariados no campo ("bóias-frias"). Neste caso o processo especificamente capitalista se instala e a reprodução ampliada do capital desenvolve-se em sua plenitude. O capitalista/proprietário da terra acumula simultaneamente o lucro da atividade industrial e agrícola (da cultura da cana, por exemplo) e a renda da terra gerada por essa atividade. A monocultura se implanta e define e caracteriza o campo, transformando a terra num "mar" de cana, de soja, de laranja, de pastagem etc.

No segundo mecanismo, quando o capital monopoliza o território sem se territorializar, ele cria, recita e redefine relações de produção camponesa e familiar. Assim, ele abre espaço para que a produção camponesa se desenvolva e com ela o campesinato como classe social. O campo continua povoado, a população rural pode até se expandir. Neste caso o desenvolvimento do campo camponês pode possibilitar simultaneamente a distribuição da riqueza na área rural e nas cidades, que nem sempre são grandes. O próprio capital cria as condições para que os camponeses produzam matérias-primas para as indústrias capitalistas, ou mesmo viabilizem o consumo dos produtos industriais no campo (ração na avicultura e na suinocultura, por exemplo). Nessas condições, o capital sujeita a renda da terra produzida pelos camponeses à sua lógica, realizando a metamorfose da renda da terra em capital. Portanto, a produção do capital nunca é gerada por relações especificamente capitalistas de produção.

É por isso que o desenvolvimento do capitalismo no campo abre espaço simultaneamente para a expansão do trabalho familiar camponês nas suas múltiplas formas, como camponês proprietário, parceiro, rendeiro ou posseiro. É assim que os próprios capitalistas no campo utilizam-se desse processo para produzir o seu capital.

#### 8.1.6. A PRODUÇÃO NÃO-CAPITALISTA DO CAPITAL

Esse processo de desenvolvimento da agricultura ocorre através de formas articuladas pelos próprios capitalistas, que se utilizam de relações de trabalho familiares para não ter que investir uma parte de seu capital na contratação de mão-de-obra assalariada. Ao mesmo tempo, utilizando-se dessa relação sem remuneração, recebem uma parte do fruto do trabalho dos trabalhadores camponeses proprietários, parceiros, rendeiros ou posseiros, convertendo-o em mercadoria e, ao vendê-la, em dinheiro. Assim, transformam a renda da terra em ca-

pital. Esse processo nada mais é, pois, do que o processo de produção do capital, que se faz através de relações não-capitalistas. Uma vez acumulado, esse capital poderá, numa próxima etapa do processo de produção, ser destinado à contratação de trabalhadores assalariados — "bóias-frias", por exemplo — e então se instalará implantando o trabalho assalariado na agricultura.

Um exemplo desse processo ocorre com os fazendeiros que atuam na pecuária de corte (invernada) no oeste do Estado de São Paulo. Eles precisam ter sempre em boas condições as pastagens de suas propriedades e manter um conjunto de trabalhadores assalariados para cuidarem do rebanho. Quando as pastagens estão desgastadas pelo pastoreio do gado, elas têm que ser refeitas ou, como eles dizem na região: "O pasto tem que ser tombado". Para refazer as pastagens, os fazendeiros podem deslocar ou contratar trabalhadores assalariados que deverão arar a terra, adubá-la e semear capim, esperando que ele cresça para depois soltar novamente o gado na área. Entretanto, nem sempre é isso que ocorre. Muitas vezes esses fazendeiros, ao invés de desinar uma parte de seu capital para realizar a tarefa de refazer o pasto, arrendam a terra aos camponeses sem terra ou a pequenos proprietários na região para que façam a reforma do pasto. Esse arrendamento pode se dar de várias formas: como, por exemplo, através da divisão de parte da produção obtida no solo durante uma colheita de algodão, amendoim, milho etc. (meia, terça, quarta, porcentagem etc.). Isto quer dizer que os fazendeiros entram com a terra e por isso recebem a quantia acordada previamente (metade, ou um terço, ou um quarto, ou uma porcentagem) da produção obtida. Por outro lado, também podem cobrar uma quantia em dinheiro pela cessão da terra. No primeiro exemplo, temos a parceria e a renda em produto; no segundo, temos o arrendamento e a renda em dinheiro. Pelo acordo, os camponeses plantam, por um ano ou por um tempo menor ainda, um produto agrícola na terra que era ocupada pela pastagem. Após a colheita, entregam a parte da produção acordada ao fazendeiro ou vendem a safra e pagam em dinheiro a quantia estipulada previamente no contrato de arrendamento. Em seguida, semeiam o capim e entregam, devolvem a área ao fazendeiro, que por sua vez guardará apenas o crescimento do capim e, assim, terá o pasto reformado sem que, para tal, tenha gasto parte de seu capital.

A prática dessa relação revela que o próprio capital lança mão de relações de trabalho e de produção familiares para produzir o capital. Isso tem sido possível através da transferência da renda da terra em produto, quando da parceria,

ou em dinheiro, quando do arrendamento, e em trabalho, quando os camponeses, parceiros ou rendeiros deixam o pasto refeito sem ter recebido pagamento algum por esse trabalho. Assim, o fazendeiro não só cobrou renda pela cessão da terra como ficou com parte da produção (em mercadoria ou dinheiro) e ainda com o pasto renovado gratuitamente, porque não pagou os dias de trabalho do camponês no tombamento do pasto e no novo plantio do capim. Pelo exemplo, o fazendeiro (um capitalista), para aumentar o seu capital (para produzi-lo), abriu possibilidade para a criação do trabalho camponês familiar.

Outros exemplos desse processo de desenvolvimento contraditório do capital ocorrem em áreas ditas "de fronteira", aquelas que ainda não foram ocupadas efetivamente pelo modo capitalista de produzir. Na Amazônia é comum um fazendeiro entregar uma parte da mata ao camponês sem terra para que a derrube e plante arroz, feijão, mandioca etc. durante um, dois ou três anos e depois se-mete capim, transformando a área em pastagem. Dessa forma o trabalhador, ao entregar a área com capim semeado, evitou que o fazendeiro gastasse parte de seu capital para desmatar a área e prepará-la para semear o capim. Há também os casos dos projetos privados de colonização, nos quais o grande latifundiário loteia parte de suas terras e revende-a a pequenos camponeses. O dinheiro obtido pela venda da terra loteada — a renda da terra — transforma-se em capital para o fazendeiro/latifundiário loteador.

O que se pode concluir desse processo de desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo no campo é que se está diante da sujeição da renda da terra ao capital. O capital, portanto, não expande de forma absoluta o trabalho assalariado (sua relação de trabalho típica) por todo canto e lugar, destruindo de forma total e absoluta o trabalho familiar camponês. Ao contrário, ele cria e recria o trabalho familiar camponês para que a produção do capital seja possível e, com ela, a acumulação possa aumentar. Assim, esse processo gera ao mesmo tempo a expansão do trabalho assalariado nas grandes e médias propriedades e o trabalho familiar camponês nas pequenas propriedades e estabelecimentos.

No bojo desse processo de expansão simultânea do trabalho assalariado e do trabalho familiar no campo ocorre também, contraditoriamente, o fenômeno da concentração fundiária e da luta pela "abertura" da terra pelos camponeses, quer pela ampliação das áreas de posse, quer pela conquista das terras que a luta pela reforma agrária tem conseguido transformar em terra camponesa.

## 8.2. A ESTRUTURA FUNDIÁRIA BRASILEIRA

### 8.2.1. A LÓGICA DA CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA: A DESTRUIÇÃO DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS

Quando se estuda historicamente a estrutura fundiária no Brasil, ou seja, a forma de distribuição e acesso à terra, verifica-se que desde os primórdios do período colonial essa distribuição foi desigual. Primeiro foram as capitais hereditárias e seus donatários, depois foram as sesmarias. Estas estão na origem de grande parte dos latifúndios do país. São frutos da herança colonial quando a terra era doada pela Coroa aos membros da corte.

Com a independência do Brasil e, depois, com o fim da escravidão, trataram os governantes de abrir a possibilidade de, através da "posse", legalizar grandes extensões de terras. Com a Lei de Terras de 1850, entretanto, o acesso à terra só passou a ser possível por meio da compra com pagamento em dinheiro. Isso limitava, ou mesmo praticamente impedia, o acesso à terra para os trabalhadores escravos que conquistavam a liberdade.

Desta forma, pode-se verificar que essas marcas que caracterizam a concentração fundiária no Brasil têm sua origem na própria história do país. As constituições brasileiras até 1967 limitaram em 10 mil ha a área de terra devoluta/pública máxima a ser vendida a brasileiros natos ou estrangeiros naturalizados. Mas também previram que, com a autorização do Senado Federal, essa área poderia ser maior. Foi o que aconteceu no Estado de Mato Grosso. No início da década de 70, o Senado Federal autorizou o governo estadual a vender, no então município de Arapuanã, cinco áreas de 200 mil ha, ou seja, 1 milhão de ha de terras, a apenas cinco proprietários, embora a Constituição de 1967 tivesse limitado a área máxima a 3 mil ha.

Além disso, existe também a grilagem "legal" que os latifundiários fazem para obter extensões de terra maiores do que as leis permitem. O expediente mais utilizado na Amazônia é a "técnica da procuração", ou seja, o latifundiário consegue um procurador ou ele mesmo se torna procurador de um certo número de pessoas, às vezes de sua própria família. Para isso ele, às vezes, paga pelas assinaturas. Com as procurações da entrada, nos institutos de terras dos Estados, aos pedidos para aquisição das terras duas declarações, em geral falsas, de que não há possesitos ou povos indígenas nas terras. Laudos, declarações e procurações falsas são constantes nos

processos de aquisição de terras públicas/devolutas na Amazônia. Alguns anos atrás, fazendeiros paulistas iniciaram um processo na Justiça que contestava os direitos dos índios às terras do atual Parque Nacional do Xingu; para tanto apresentaram um laudo assinado por dois antropólogos alegando nunca ter havido índios naquela área.

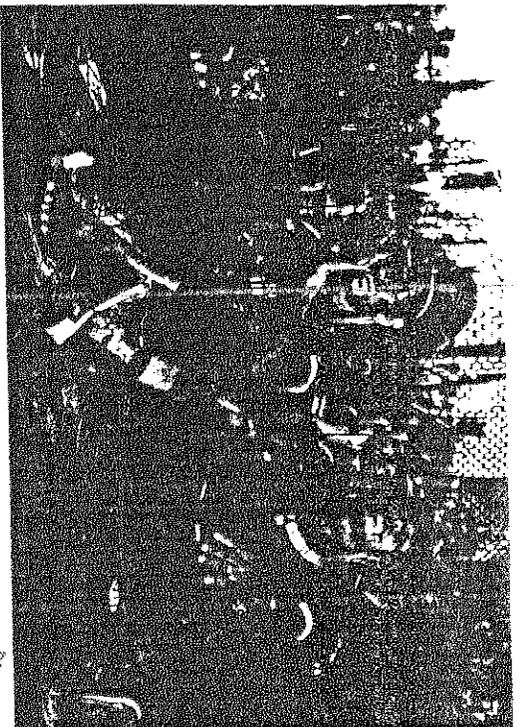
Os órgãos públicos emitem os títulos e o procurador toma-se "proprietário". Os índios, devido às procurações que lhe conferem plenos direitos para agir em nome deles, passam a ser procurados. Assim, toma-se proprietário não de uma área de, no máximo, 2500 ha, como estabelece a Constituição de 1988, mas de tanta terra quantos forem os títulos que obteve através das procurações. Por exemplo, se conseguir cem procurações, pode tornar-se proprietário de 250 mil ha de terra.

É dessa forma que as terras da Amazônia estão sendo giradas e as terras das nações indígenas saqueadas. Enquanto isso, os "filhos do sol" são dizimados ou aprisionados em reservas e parques. A população indígena no Brasil, que era estimada em mais de 5 milhões na época do Descobrimento, conta hoje com apenas 100 mil índios. A história da ocupação das terras no Brasil está, portanto, marcada pelo genocídio e pelo etnocídio a que essas nações indígenas estão sendo submetidas. Atualmente, as áreas reivindicadas pelas nações indígenas não atingem nem 15% da área total do país, que um dia foi totalmente delas. Os governos, sistematicamente, não têm demarcado as terras reivindicadas pelas nações indígenas. Dessa forma, a estrutura fundiária brasileira tem sido caracterizada pelo processo de incorporação de novos territórios, assediados, tomados dos povos indígenas, aumentando ainda mais a concentração de terras em mãos de poucos proprietários.

## 8.2.2. O CRESCIMENTO DOS LATIFUNDIOS E DAS UNIDADES CAMPONESAS

O traço essencial da estrutura fundiária brasileira é o caráter concentrador da propriedade da terra e, contradiatoriamente, o crescimento do número de pequenas propriedades. Esse aumento decorre do processo de formação do campesinato brasileiro no século XX. A concentração nas duas pontas do processo está expressa no crescimento do número de estabelecimentos com menos de 100 ha e, simultaneamente, o crescimento da área ocupada pelos estabelecimentos com mais de 1000 ha entre 1950 e 1995/6.

A análise mais detalhada do número de estabelecimentos com área inferior a 100 ha mostra que eles passaram de 1 629 995 em 1950 para 4 318 861 em 1995/6. Os menores de 10 ha apresentaram um crescimento relativo ainda maior, pois pas-

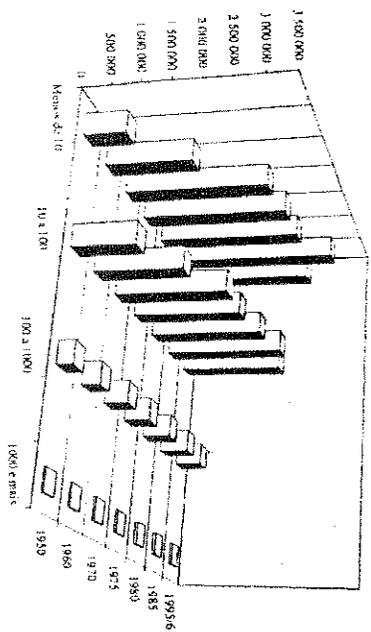


76. 1 Encontro dos povos indígenas do Xingu em Altamira (Pará), em fevereiro de 1985.

saram de 654 557 para 2 402 374 estabelecimentos. Esses dados evidenciam também um crescimento desigual no período, pois o número de estabelecimentos praticamente dobrou nos períodos 1950-1960 e 1960-1970, enquanto entre 1970, 1975 e 1980 o crescimento foi reduzido, mas voltou a crescer significativamente entre 1980 e 1985. Entre 1985 e 1995/6 voltou a ter uma pequena queda. Esse crescimento mostra de forma clara o crescimento do campesinato no Brasil, e não o seu "desaparecimento" (sic), como muitos estudiosos afirmam. Uma das características do campesinato brasileiro, já salientou há muito tempo José de Souza Martins, é que ele é um campesinato que quer a terra e luta para entrar nela, e não um campesinato que não quer sair da terra, como na transição europeia do feudalismo para o capitalismo. Trata-se, pois, de um campesinato que não esgotou a sua possibilidade histórica de formação e recriação.

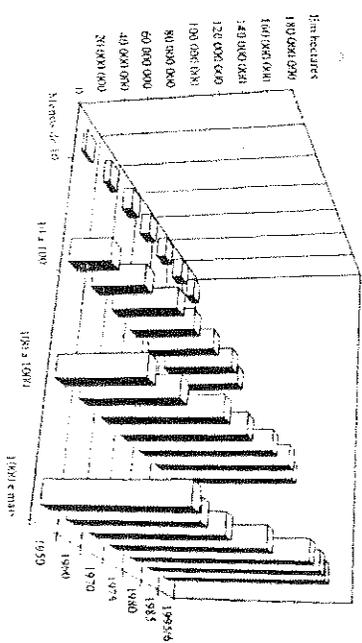
Os dados do Gráfico 1 mostram também que o crescimento do número de estabelecimentos com área superior a 1000 ha apenas dobrou no período 1950-1995/6. Esse processo aponta para o fato de que a estrutura fundiária brasileira continuou prisioneira de um número reduzido de latifundiários. Em 1995/6, eles eram pouco mais de 47 mil.

Gráfico 1. Brasil: Estrutura Fundiária. Nº de Estabelecimentos (1950 a 1995/6)



Fonte: IBGE, Org. Oliveira, A.U.

Gráfico 2. Brasil: Estrutura Fundiária. Área Ocupada (1950 a 1995/6)



Fonte: IBGE, Org. Oliveira, A.U.

A análise dos dados sobre a área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários (Gráfico 2) revela, ao contrário da anterior, um pequeno crescimento da área ocupada pelos estabelecimentos com menos de 100 ha, que passou de pouco mais de 36 milhões de ha para 70,5 milhões, sendo que os estabelecimentos com área inferior a 10 ha passaram de 2.893.439 ha para 7.882.194 ha.

Enquanto isso, a área ocupada pelos estabelecimentos com mais de 1000 ha passou de 95 milhões de ha para mais de 159 milhões. Ao contrário, também, do que ocorreu com o crescimento desigual do número de estabelecimentos, o período entre 1970, 1975 e 1980 apresentou um crescimento significativo da área ocupada pelos estabelecimentos com mais de 1000 ha, quando incorporaram mais de 50 milhões de ha de terras aos seus latifúndios. Dessa forma assiste-se no Brasil, simultaneamente, no período 1970-1980 ao crescimento da área dos latifúndios e ao esvaziamento relativo do crescimento das unidades inferiores a 100 ha. Não ao estancamento relativo do crescimento das unidades inferiores a 100 ha. Não custa lembrar que as políticas territoriais dos governos militares pós-64 foram responsáveis por esse processo (Gráfico 2).

A década de 80 mostra a inversão desse fenômeno, ou seja, o aumento do ritmo de crescimento das unidades camponesas e a diminuição do crescimento dos latifúndios. Isso resultou, fundamentalmente, da ampliação da luta dos camponeses pelo acesso à terra e pela pequena implementação do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária.

Os dados sobre a distribuição das terras no Brasil no ano de 1995/6 são a expressão de uma estrutura fundiária concentrada, pois enquanto 89% dos estabelecimentos (mais de 4 milhões) com menos de 100 ha dispunham de apenas 20% da área ocupada, 1% dos estabelecimentos (cerca de 47 mil) com mais de 1000 ha controlavam 45% dela. Esse caráter concentrador da terra pode também ser verificado quando se compararmos os 159 milhões de ha controlados pelos latifundiários com estabelecimentos de mais de 1000 ha com o total da área ocupada pelos estabelecimentos de menos de 10 ha, ou seja, apenas 7,8 milhões de ha. Neste caso são 2,4 milhões de pequenos camponeses a dividir 7,8 milhões de ha de terra, enquanto 47 mil latifundiários dividem 159 milhões de ha (Tabela 1).

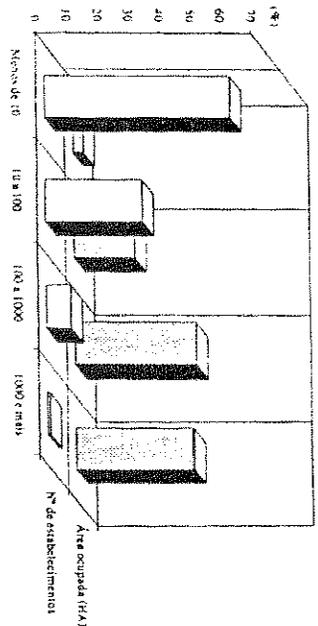
Tabela 1. Brasil: Estrutura Fundiária - 1995/6

Grupos de área (ha)	Nº de estabelecimentos	%	Área ocupada (HA)	%
Total*	4.859.865	100	353.611.246	100
Menos de 10	2.401.374	50	7.882.194	0,2
10 a menos de 100	1.916.487	39	62.693.585	18
Menos de 100	4.318.801	89	70.575.779	20
100 a menos de 1.000	4.69.964	10	123.541.517	35
1.000 e mais	47.358	01	159.493.919	45

Fonte: IBGE, Org. Oliveira, A.U.

\* A diferença refere-se aos sem declaração.

Gráfico 3. Brasil: Crescimento da Estrutura Fundiária (1950 a 1995/6)



Fonte: IBGE, Inq. Oliveira A.U.

O processo histórico que gerou essa concentração fundiária no último século revela que ocorreu, simultaneamente à concentração da terra nas mãos dos latifundiários, um grande crescimento dos estabelecimentos com menos de 100 ha.

Analisando-se os dados referentes à diferença entre a estrutura fundiária em 1940 e em 1995/6, verifica-se que o número dos estabelecimentos com menos de 100 ha (que cresceram no período mais de 150%) ficaram com 91% do crescimento total do número de estabelecimentos. Enquanto isso, no polo oposto, relativo ao total do crescimento da área ocupada no período, os estabelecimentos com mais de 1000 ha ficaram com 41%, e aqueles que ocupam a faixa entre 100 ha e 1000 ha ficaram com mais de 37%. Portanto, os médios e grandes estabelecimentos ficaram, nesse período, com 78% da expansão da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários no Brasil.

Outro aspecto importante da estrutura fundiária brasileira, que contrasta a tese de que o campesinato estaria desaparecendo no Brasil, é o crescimento, em número, dos pequenos estabelecimentos. Os estabelecimentos com menos de 100 ha aumentaram, em número, de 1,63 milhões em 1940 para 5,25 milhões em 1985, e 4,3 em 1995/6, e, em área ocupada, de 36 milhões de ha em 1940 para 79,7 milhões em 1985 e 70,5 milhões em 1995/6. Ressalte-se também que os estabelecimentos com menos de 10 ha passaram em número de 654 mil em 1940 para 3,085 milhões em 1985 e 2,4 milhões em 1995/6; e a sua área ocupada passou de 2,893 milhões de ha para 10,029 milhões de ha em 1985, e 7,8 milhões em 1995/6.

Tabela 2. Os Maiores Latifundiários do Brasil

Nome	Municípios	Área (ha)
Manassá - Madeireira Nacional S/A	Libera-AM e Garopava-PR	4140767
Jari Florestal e Agropecuária Ltda.	Almeirim-PA	2918829
Apiab - Agroflorestal Amazônia	Jari e Caruarú-AM	2194874
Cia. Florestal Monte Dourado	Almeirim-PA e Marzagão-AP	1682227
Cia. de Desenvolvimento do Piauí	Caridade do Piauí, São Miguel do Tapujó, Pimenteiras, Manoel Emídio, Nazaré do Piauí, São Francisco do Piauí, Oeiras, Cantão do Buriti, Floresta Ribeira, Gonçalves e Uruguiçá	1076752
Coiriguaguá Colon. do Aripuanã S/A	Aripuanã-NT	1000000
João Francisco Martins Barata	Colgórcene-AP	1000000
Manoel Maurício de Queiroz	Manoel Urbano-AC	975000
Rosa Lina Gomes Antena	Edreia-AM	901248
Pedro Aparício Dótho	Maravá Itabano e Santa Madureira-AC	804888
Alberto Nicola Viani	Farmasa do Rio Preto-BA	795575
Antonio Pereira de Freitas	Amélia do Norte, Bequimim, Constança e Espírito do Equador-AM	704574
Malh Hassan Elmudala	Itamarati-AM	661173
Morais Madúria Ltda.	Itamarati-AM	656794
Indeco S/A - Integração, Desenvolvimento e Colonização	Alta Floresta, Arapuruá e Diamantino-MT	615218
Mário Jorge de Alencar Moraes	Caruarú-AM	587883
Agroindustrial do Amapá S/A	Marzagão-AP	540613
Francisco Jacinto da Silva	Sandovalina-SP, Fajã-AC, Tarauacá-AC, Envira-AM e Naviraí-MS	460496
Pitágo Sebastião Xavier Benfca	Auxiliadora e Malhada-AM	452099
Cia. Colonizadora do Nordeste	Carapicoba-MA	448000
Jorge Wolney Aulá	Pirajuru-SP e Fajã-AC	436340
Jussara Marques Paz	Serander-AM	432119
Adalberto Cordeiro e Silva	Pium e Boca do Aço-AM e Fajã-AC	413120
Romulo Bonalumi	Canarari-AM e Cruzetiro do Sul-AC	406121
União de Construtoras S/A	Formosa do Rio Preto-BA	405600
Mapei Marochi e Pecúária Ltda.	Itaipubá-PA	398786
Total		25118357

Fonte: INCRA.

Tabela 3. Brasil - Estrutura Fundiária - 1940 a 1995/6

Estratos de área (HA)	Número de estabelecimentos							
	1940	1950	1960	1970	1975	1980	1985	1995/6
Total	1 904 508	2 064 642	3 337 769	4 924 019	4 993 252	5 159 851	5 834 779	4 859 865
Menos de 10	654 557	710 934	1 495 020	2 519 630	2 601 860	2 598 019	3 085 841	2 402 374
10 a menos de 100	975 438	1 052 557	1 491 415	1 934 392	1 898 949	2 016 774	2 166 424	1 916 487
Menos de 100	1 629 995	1 763 491	2 986 435	4 454 022	4 500 809	4 614 793	5 252 265	4 318 861
100 a menos de 1000	243 818	268 159	314 746	414 746	446 170	488 521	518 618	469 964
1000 e mais	27 812	32 628	32 480	36 874	41 468	47 841	50 105	47 358
Estratos de área (HA)	Área ocupada (HA)							
	1940	1950	1960	1970	1975	1980	1985	1995/6
Menos de 10	2 893 439	3 025 372	5 952 381	9 083 495	8 982 646	9 004 259	10 029 780	7 882 194
10 a menos de 100	33 112 160	35 562 747	47 566 290	60 069 704	60 171 637	64 494 343	69 673 938	62 693 585
Menos de 100	36 005 599	38 588 119	53 518 671	69 153 199	69 154 283	73 498 602	79 708 711	70 575 779
100 a menos de 1000	66 184 999	75 520 717	86 029 455	108 742 676	115 923 043	126 799 188	131 893 557	123 541 517
1000 e mais	95 529 649	114 108 836	139 548 126	177 895 875	185 077 326	200 297 790	211 602 275	159 493 949
Total	197 720 247	232 211 106	249 862 142	294 145 466	323 896 082	363 854 421	376 286 577	353 611 246

Fonte: IBGE, Org. Oliveira, A. U.

O INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), órgão do Ministério do Desenvolvimento Agrário, divulgou no governo Sarney a relação dos 26 maiores latifundiários registrados naquele órgão (pois havia latifundiários que tinham terras em nome de outras pessoas).

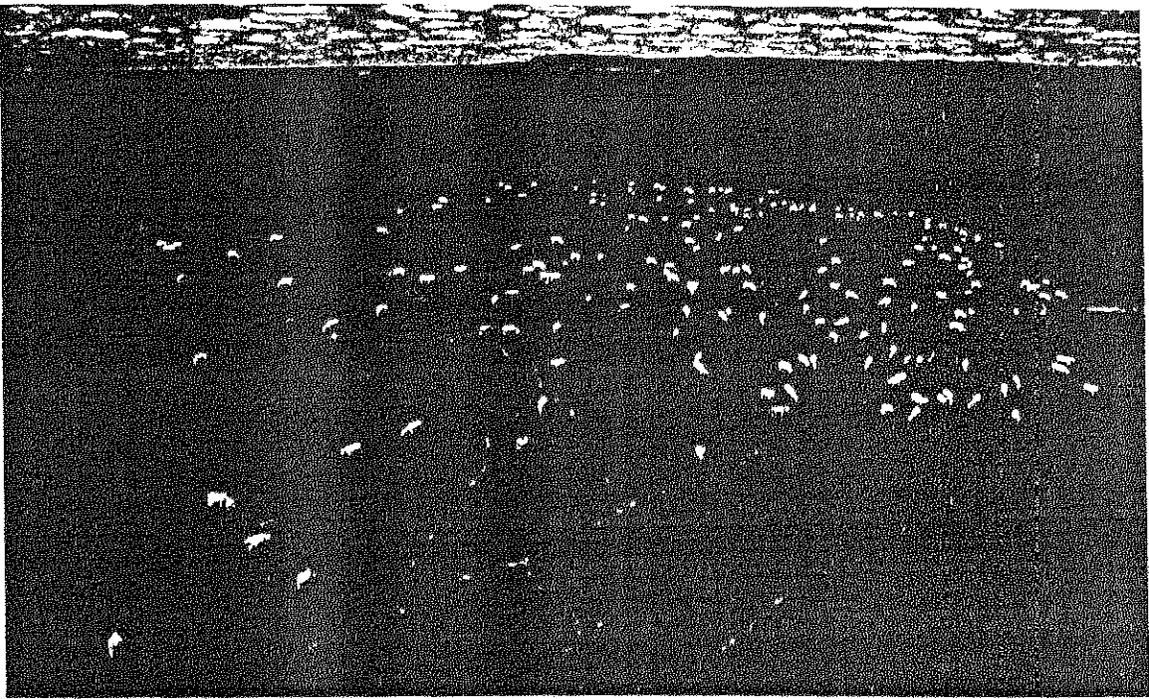
A análise dessa relação permite tirar duas conclusões. A primeira é que a maioria absoluta desses superlatifúndios estava na Amazônia. A segunda, que eles ocupavam uma área quase igual à do Estado de São Paulo, ou maior do que a ocupada pelos Estados do Amapá, Acre, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná e Santa Catarina. Portanto, ocupavam uma área maior do que a ocupada individualmente por doze Estados da Federação brasileira. A verdade é que esses proprietários tinham sob seu controle mais de 25 milhões de hectares, nada mais nada menos do que 3% do território brasileiro.

Assim, o que se viu nas últimas décadas do século XX foi a formação, na Amazônia brasileira, dos maiores latifúndios que a história da humanidade já registrou em todos os tempos. É conveniente ressaltar que não se trata de um traço "feudal" da estrutura fundiária brasileira, pois entre esses latifundiários estão os grandes grupos empresariais do Centro-Sul do país. O que essa realidade revela é o caráter rentista presente no capitalismo que se desenvolve no Brasil.

### 8.2.3. A DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DA CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA

A distribuição territorial da concentração fundiária no Brasil é desigual. Essa desigualdade tem raízes na história de cada região. Assim, o Nordeste, que possui uma estrutura fundiária herdada sobretudo do período colonial, apresentava em 1995/6 uma elevadíssima participação percentual dos estabelecimentos de menos de 100 ha (94,2%). Em números, eles representavam mais de 50% do total, ficando, entretanto, com apenas menos de 30% da área ocupada total da região, enquanto os latifúndios com mais de 1 000 ha, que representavam tão-somente 0,4% dos estabelecimentos, ficavam com mais de 30% da área ocupada total. É a face contraditória da estrutura fundiária brasileira: ela expande simultaneamente latifúndios e unidades camponesas desigualmente pelo território brasileiro.

O Nordeste e o Centro-Oeste foram as regiões que apresentaram o maior número de estabelecimentos com mais de 1 000 ha: 8 907 e 20 380, respectivamente. Esses latifúndios do Centro-Oeste (estabelecimentos com 1 000 e mais ha), uma



77. Gado no pasto em Ponta Porã (MS).

marca histórica dos últimos cinquenta anos, representavam, em número, 8,4% do total dos estabelecimentos, entretanto controlavam mais de 72% da superfície regional ocupada. Outra região com a marca acentuada da concentração fundiária é a região norte, onde menos de 2,0% dos estabelecimentos com mais de 1.000 ha controlavam cerca de 52% das terras.

Tabela 4. Estrutura Fundiária. Participação Percentual por Regiões em 1995/6

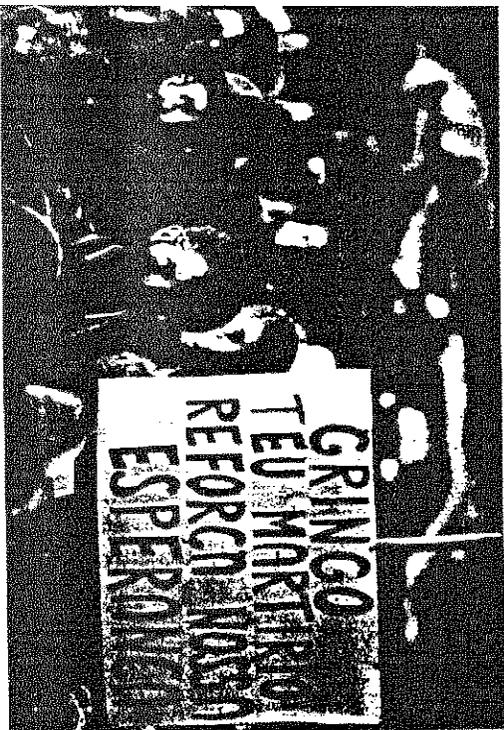
Grupos de área (ha)	Número de estabelecimentos			
	Total (100%)	Menos de 100 Pequena	100 a 1.000 Média	1.000 e mais Grande
Brasil	(*) 4.859.865	88,8	9,7	1,1
Norte	443.570	79,3	18,9	1,8
Centro-Oeste	2.412.219	59,2	32,4	8,4
Nordeste	2.309.084	94,2	5,4	0,4
Sudeste	840.881	85,1	14,1	0,8
Sul	1.002.427	93,1	6,4	0,5
Área ocupada (ha)				
Grupos de área (ha)	Total (100%)	Menos de 100 Pequena	100 a 1.000 Média	1.000 e mais Grande
Brasil	353.611.246	20,0	34,9	51,1
Norte	58.368.875	15,7	32,3	52,0
Centro-Oeste	1.08.499.979	4,4	21,4	72,2
Nordeste	78.296.135	29,8	40,2	30,0
Sudeste	64.085.892	25,5	47,5	27,0
Sul	44.360.365	38,0	39,3	22,7

(\*) A diferença refere-se aos estabelecimentos sem declaração (21.682).

Fonte: IBGE, Oliveira A.L.

Para mostrar que o traço da concentração fundiária é geral, porém desigual no Brasil, deve-se tomar como exemplo as regiões sul e sudeste. Elas apresentavam, respectivamente, 93% e 85% dos estabelecimentos com menos de 100 ha, ocupando 25% e 38% da área ocupada nas respectivas regiões, enquanto os estabelecimentos com mais de 1.000 ha ficavam com 22% e 27% das terras totais daquelas regiões.

Outro traço fundamental da concentração fundiária, presente na Tabela 4, indica que a maioria quase absoluta dos pequenos estabelecimentos controla pou-



73. Manifestação de trabalhadores rurais contra o assassinato de Gringo, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria.

ca terra em todas as regiões brasileiras. A região sul é a que apresentava maior participação deles, 93%, evidentemente em virtude da presença histórica intensa da colonização baseada na pequena propriedade.

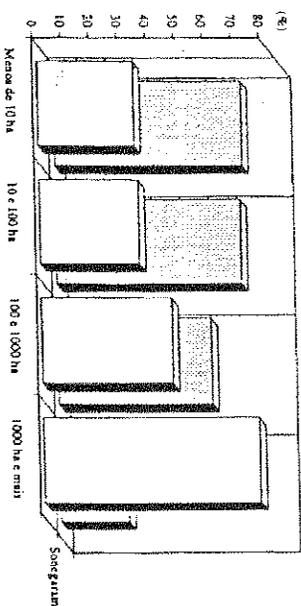
O processo de concentração fundiária brasileiro apresenta-se ainda mais fortemente acentuado quando se passa do nível regional para o estadual. Por exemplo, no Rio de Janeiro, 90% dos estabelecimentos com menos de 100 ha ocupavam apenas 32% da superfície do Estado. No Piauí, 91% dos estabelecimentos com menos de 100 ha ficavam com somente 23% da área ocupada total do Estado. No Maranhão, 90% dos estabelecimentos com menos de 100 ha ocupavam 22% da área total.

Enquanto isso, no outro extremo da concentração fundiária, aparece o Estado de Mato Grosso, onde 8 010 estabelecimentos com mais de 1 000 ha (10%) controlam mais de 41 milhões de ha, ou seja, 82% da área ocupada total do Estado. Fato semelhante ocorre em Tocantins, onde 3 475 estabelecimentos com mais de 1 000 ha (7%) controlavam mais de 9,5 milhões de ha de terras, ou seja, mais de 56% das terras do Estado.

O Centro-Oeste e a Amazônia representam uma espécie de "paraíso" do latifúndio, e por isso também, nessas regiões, é crescente a luta dos posseiros pelo acesso à terra. Dessa luta resulta a violência expressa no número elevado de assassinatos no campo, praticados sobretudo depois da formação da União Democrática Ruralista (UDR), a organização de latifundiários que tem como objetivo lutar contra a reforma agrária. Na região do Bico do Papagaio (sul do Pará e Maranhão e norte do Tocantins), por exemplo, "sindicatos do crime organizado" divulgam impunemente as tabelas de preços cobrados para assasinar trabalhadores, religiosos, lideranças políticas e sindicais. A imprensa de São Paulo tem divulgado a tabela de preços dos pistoleiros: 1 000 dólares para matar um agricultor; 1 500 dólares pela morte de um advogado, 2 000 dólares por um padre e 4 000 dólares pelo assassinato de um deputado.

Seguramente, foi devido à ação da UDR que o governo da Nova República, presidido pelo sr. José Sarney, não realizou nem 10% da proposta de reforma agrária anunciada no início de seu governo. Foi também devido à ação da UDR que, na votação da Constituição de 1988, a proposta de reforma agrária foi praticamente impedida de se tornar realidade para milhões de camponeses sem terra no Brasil. É importante ressaltar, no que se refere à estrutura fundiária concentrada e à truculência desses grandes proprietários de terras, que estes latifundiários são, na sua grande maioria, sonegadores do único imposto a que a propriedade fundiária rural está submetida no Brasil: o ITR (Imposto Territorial Rural). Os dados di-

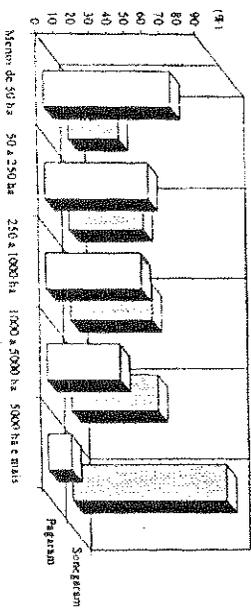
Gráfico 4. Relação entre Pagamento e Sonegação do Imposto Territorial Rural (ITR) em 1987



Fonte: INCRA, Ong, Oliveira, A. U.

vilçados em 1987 pelo INCRA-MIRAD e pela Receita Federal em 1994 (Gráficos 4 e 5), são a prova cabal dessa realidade. Entre as propriedades com mais de 1.000 ha, 76% dos proprietários não pagaram o ITR em 1987. Em 1994, um total de 83% dos proprietários dos latifúndios com mais de 5.000 hectares sonegaram o ITR.

Gráfico 5. Relação entre Pagamento e Sonegação do Imposto Territorial Rural (ITR) em 1994



Fonte: Receita Federal (Org. Oliveira, A.U.)

Essa realidade da estrutura fundiária brasileira tem que ser entendida no seio da lógica contraditória do desenvolvimento do capitalismo no país, que ao mesmo tempo em que expande a produção capitalista no campo revela também seu caráter rentista. Assim, quer pelo acesso à terra pela grilagem, quer pela sonegação do ITR, esse desenvolvimento mostra, através da apropriação da renda da terra, a face perversa da acumulação primitiva do capital.

### 8.3. A ESTRUTURA AGRÁRIA NO BRASIL: AS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO E DE TRABALHO NO CAMPO

#### 8.3.1. A EXPANSÃO DAS RELAÇÕES NÃO-CAPITALISTAS DE PRODUÇÃO

Se a concentração fundiária tem suas raízes históricas, as relações de trabalho no campo também as têm. Como se sabe, a escravidão foi a primeira forma generalizada de relação de trabalho no campo brasileiro, e junto com ela também se desenvolveu o trabalho familiar camponês. Com o advento da expansão cafeeira, houve a passagem do trabalho escravo para o colonoato e houve também, com a colonização oficial, a ocupação de parte das terras do Sul do país por trabalhado-

res camponeses. O avanço da industrialização e o crescimento urbano, por sua vez, criaram as possibilidades históricas para o estabelecimento do trabalho assalariado (capitalista, portanto) no campo. A rápida expansão desse por todo o país, no entanto, está longe ainda de apresentar o domínio absoluto dessa forma de produzir no campo. Contraditoriamente, sua expansão abriu possibilidades com certas para a criação e recriação do trabalho familiar camponês.

Essa realidade no final do século XX estava retratada no crescimento de 28% do número de estabelecimentos agropecuários de posseiros entre 1970 e 1985. Porém, a análise dos dados referentes ao número de estabelecimentos segundo a condição do produtor (Tabela 5) mostra que ocorreu uma pequena redução percentual da participação dos posseiros no conjunto dos vários tipos de produtores no Brasil. Eles passaram de 18 para 15% do total, ou seja, de 1.034.742 para 709.710.

Tabela 5. Número de Estabelecimentos segundo a Condição do Produtor

	1985		1995/6		Variação		Variação	
	nº	%	nº	%	abs. (%)	%	abs. (%)	%
Total	5.801.809	100	4.859.865	100	-941.924	-16,2		
Proprietários	3.747.624	64,7	3.604.343	74	-143.281	-15,2	-03,8	
Arrendatários	575.119	9,9	2.68.294	5	-306.825	-32,6	-53,3	
Parceiros	444.324	7,6	2.27.518	6	-166.806	-17,7	-37,5	
Posseiros	1.034.742	17,8	709.710	15	-325.032	-31,5	-31,4	

\* Variação negativa.

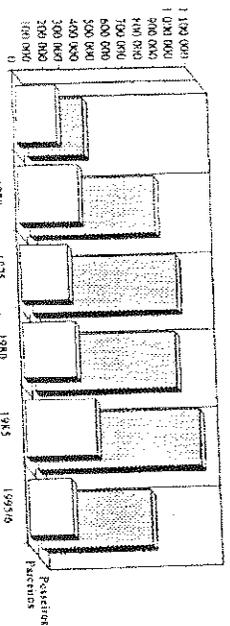
Fonte: IBGE, Org. Oliveira, A.U.

Crescimento significativo teve também a prática da parceria que, embora ficasse com participação percentual igual em 1970 e 1985, cresceu em termos absolutos cerca de 17%. Cabe ressaltar, aqui, que o período de 1985 a 1995/6 inventou a tendência da presença dos parceiros no campo, pois seu declínio foi de 37%. Os arrendatários também continuaram em declínio no período mais recente, com 53%.

O crescimento das relações de produção baseadas no trabalho familiar pode ser mais bem visualizado no Gráfico 6. Nete, observa-se o grande crescimento do número de posseiros entre 1960 e 1985, período em que mais se desenvolveu o capitalismo no Brasil, quer no campo, quer na cidade. Nesse período os posseiros passaram de 356 mil para mais de 1 milhão. Esse crescimento não se deu apenas nas regiões de fronteira (Amazônia) em função da incorporação de seus à

área ocupada nacional, pois a maioria dos posseiros está localizada nas regiões nordeste (61%), sudeste (8%) e sul (10%), enquanto a região norte ficou com 18% deles. Nessas regiões de ocupação mais antiga eles têm apresentado, também, um crescimento significativo, como na região nordeste, onde o seu número cresceu cerca de 36% entre 1970 e 1985.

Gráfico 6 Brasil, Estrutura Agrária, Número de Posseiros e Parceiros (1960-1995/6)



Fonte: IBGE, Eng. Oliveira, A. L.

O mesmo fenômeno pode ser observado nos dados referentes à parceria, que praticamente dobrou entre 1960 e 1985. A queda de ambos entre 1985 e 1995/6 pode ser atribuída ao avanço da luta pela terra pelos movimentos sociais e um certo recuo dos latifundiários de manter estas condições.

Esses dados mostram de modo profundo que nem sempre o processo de expropriação da terra atua em termos absolutos no campo. O aumento do número de posseiros revela que uma parte do campesinato expropriado recusa a proletarianização e procura abrir na posse da terra reconquistada o espaço para a continuidade do trabalho familiar camponês. Seu crescimento revela igualmente que cerca de um quinto dos produtores no campo está em luta aberta pela garantia da posse da terra como meio de produção necessário e fundamental ao trabalho familiar camponês. Esses dados mostram também que, se há uma diminuição do número de proprietários, ocorre também uma redução da parceria. Não há, portanto, uma lei absoluta que imponha apenas a expansão das relações de trabalho assalariado no campo, mas, contradiatoriamente, tem-se também a expansão de relações de trabalho não-capitalistas, como, por exemplo, a parceria ou o trabalho familiar do posseiro.

### 8.3.2. A DESIGUAL DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO

É importante, logo de início, ressaltar que as desigualdades na distribuição territorial das relações de produção no Brasil é fruto de seu desigual desenvolvimento territorial. Isto pode ser observado pelos dados referentes à condição do produtor segundo as regiões brasileiras (Tabela 6). Na região sul, nos períodos 1970-1980, 1980-1985 e 1985-1995/6, todos os tipos de produtores declinaram respectivamente: total -10%, -6% e -16%; proprietários -4%, -1% e -7%; arrendatários -13%, -17% e -30%; parceiros -33%, -28% e -55%; posseiros -9%, -2% e -34%. Isto significa de forma clara e inequívoca que no período 70/95, em termos gerais, nessa região o processo de expropriação (perda das terras pelos camponeses através de vendas ou pagamentos de dívidas) foi praticamente absoluto, não só eliminando a possibilidade de trabalho camponês como certamente atuando no sentido de concentrar ainda mais as terras entre os médios e os grandes proprietários. Porém, se for feita a análise das realidades específicas dos Estados que compõem a região sul, ver-se-á que no Estado de Santa Catarina ocorreu o inverso, ou seja, o aumento das formas camponesas de produção (posseiros: 14.294 em 1970 e 20.583 em 1985; parceiros: 10.752 em 1970 e 16.128 em 1970 etc.). Mas, entre 1985 e 1995/6 ocorreu uma redução de ambas as condições.

Na região sudeste, que concentra a maior parte das indústrias do país, no período 1970-1980, tinha ocorrido processo semelhante, ou seja, decréscimo de todos os produtores (total -4%; proprietários -2%, arrendatários -23%; parceiros -14%; posseiros -6%). No entanto, no período 1980-1985, nessa região, houve aumento do total dos produtores em 7%, dos proprietários em 10% e dos posseiros em 23%, e o declínio apenas dos arrendatários em -26% e dos parceiros em -5%. Entretanto, no período de 1985 e 1995/6 todas as condições apresentaram redução.

Igualmente contrastante é a realidade da região nordeste, que conheceu, no período 1970-1985, um crescimento de 39% do número de posseiros e de 100% do número de parceiros, que, em termos gerais, no Brasil, apresentaram decréscimo naquele período. Já a região centro-oeste desta do conjunto no que se refere aos posseiros. Nessa região, onde a concentração da terra é a mais violenta do país, o número de posseiros diminuiu no período 1970-1985 em 16%. Ao contrário do que ocorreu na região centro-oeste, a região norte apresentou um cresci-

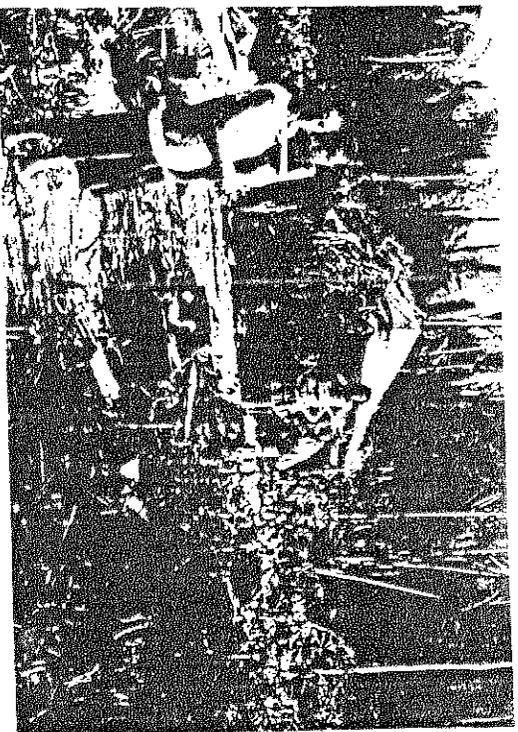
mento de 48% do número de posseiros no período 1970-1985, e é nessa região que os posseiros alcançaram o maior percentual na participação total, pois representam 48%, quase a metade dos produtores rurais da região.

**Tabela 6.** Estrutura Agrária. Crescimento ou Decréscimo do Número de Estabelecimentos segundo a Condição do Produtor por Regiões entre 1970-1980; 1980-1985; e 1985-1995/6

% Regiões	Total	Proprietário	Arrendatário	Parcelário	Posseiro	
Brasil	70-80	5	7	-6	-13	11
	80-85	18	11	-2	37	17
	85-95/6	-16	-4	-53	-38	-31
Norte	70-80	57	83	-14	66	53
	80-85	22	47	-6	134	-3
	85-95/6	-18	14	-89	-66	-56
Centro-Oeste	70-80	6	14	-13	27	-16
	80-85	18	19	19	47	-41
	85-95/6	-9	10	-66	-84	-41
Nordeste	70-80	11	13	4	15	9
	80-85	15	10	-5	75	27
	85-95/6	-17	-5	-59	-19	-21
Sudeste	70-80	-4	-2	-23	-14	-6
	80-85	12	11	-3	11	31
	85-95/6	-15	-8	-34	-46	-49
Sul	70-80	-10	-4	-13	-33	-9
	80-85	-6	-1	-17	-28	-2
	85-95/6	-16	-7	-30	-55	-34

Fonte: IBGE, Org. Oliveira, A.L.U.

O desenvolvimento contraditório e espacialmente desigual no campo brasileiro também aparece expresso nas diferenças que o processo de expropriação da terra apresenta entre as regiões sudeste e sul. Deve-se lembrar aqui que, certamente, esse processo é comandado diretamente pela territorialização do capital, há na região sudeste. Porém, na região sul, junto com essa ação direta do capital, há também a monopolização do território através da subordinação da produção camponesa, que tem propiciado o processo de ampliação da propriedade camponesa através da anexação das pequenas e grandes. Há, portanto, um processo de expropriação no seio da própria produção camponesa: o camponês



79. Posseiros na Amazônia.

médio ou rico anexa, através da compra, a terra do pequeno camponês, que muitas vezes opta pela ampliação de sua terra em outra região do país — por exemplo, na Amazônia ou no Centro-Oeste. Ou mesmo, quando tenha sido vítima da proletarização, migrando para as cidades.

É importante deixar claro que há uma lógica interna na produção camponesa que pode levar ao que os autores franceses chamam de *remembrement* (re-membramento, anexação) entre as unidades de produção camponesa, sem que o capital esteja diretamente envolvido nesse ato. Aliás, é por isso que a propriedade rural média nos EUA tem, de um lado, aumentado em área e, de outro, decréscimo em número. Dessa forma, em 1850 havia 1,5 milhão de estabelecimentos com uma área média de 82 ha; em 1935 os estabelecimentos passaram para 6,8 milhões e a área média caiu para 63 ha; entretanto, em 1978 os dados censitários revelaram que o número havia caído para 2,5 milhões e a área média subido para 168 ha. Os dados do final do século XX mostram que a tendência permanece.

Para se entender esse processo, é necessário lembrar que o desenvolvimento das forças produtivas colocam o avanço tecnológico a serviço das empresas capitalistas para poder aumentar a exploração dos trabalhadores. Essa mesma tecnologia

está também disponível no mercado para os camponeses. Portanto, uma parte do campesinato tem elevado o grau de produtividade do trabalho familiar camponês através da introdução de inovações tecnológicas. Em muitos casos tem mesmo conseguido acumular uma poupança que reaplica na compra de mais terra — de seus vizinhos, por exemplo, que podem não ter tido a mesma possibilidade de acumulação, ou porque optaram pela migração, ou ainda porque foram expropriados sumariamente porque perderam as terras em função de dívidas não pagas.

Isto quer dizer que, nas regiões predominantemente ocupadas pelos camponeses, não é necessariamente o processo de expropriação direta pelo capital que manda e determina o processo, expropriando a terra camponesa. Mas sim o capital, talvez mais subitamente, expropria as possibilidades de os filhos dos camponeses poderem também ter terra para continuar camponeses. É por isso que, na maioria dos casos, são os filhos dos camponeses que se proletarizam. Ou seja, a proletarianização não atinge diretamente toda a família camponesa, mas seguramente a maior parte dela, seus filhos. Essa distinção dos processos atuais é fundamental para o entendimento do processo geral que o país conhece.

### 8.3.3. O CRESCIMENTO DO TRABALHO FAMILIAR E DO TRABALHO ASSALARIADO

No campo brasileiro atual, aumenta, simultaneamente, o trabalho assalariado e o trabalho familiar. Condiçionalmente, são as duas faces estruturais do desenvolvimento capitalista na agricultura. Nele se encontra o aumento e o predomínio quase absoluto do trabalho assalariado (permanente ou temporário) nos estabelecimentos agrupados com área acima de 1.000 ha. Inversamente, há o aumento e o predomínio majoritário do trabalho familiar camponês nos estabelecimentos com área inferior a 100 ha.

Os números levantados pelo IBGE (censos agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/6) revelaram de forma clara esse desenvolvimento contraditório. Em termos globais, em 1970 o número total do pessoal ocupado de origem familiar no campo era cerca de 15 milhões de pessoas, ou seja, 85% dos trabalhadores no campo. Em 1975 esse contingente subiu para 17 milhões, ou 84% do total. Já em 1980 ocorreu uma queda em números absolutos, passando para pouco mais de 16 milhões, o que representava 77% do total. Entretanto, em 1985 esse contingente voltou a aumentar em termos absolutos, alcançando cerca de 18,5

milhões, ou seja, 78,5% do total. Em 1995/6, ocorreu nova redução passando para 14,2 milhões, mas aumentou o percentual relativo para 80%.

Os dados referentes ao trabalho assalariado apresentam um quadro um pouco diferente. Em 1970, o contingente de trabalhadores assalariados no campo era de 2,7 milhões de pessoas, ou 15% do total. Em 1975 subiu para 3,2 milhões de trabalhadores, ou 16% do total. Em 1980, esses trabalhadores representavam 5 milhões, ou 23% do total. Em 1985, porém, esse contingente não apresentou crescimento, continuando a somar 5 milhões de trabalhadores, o que equivale a dizer que sua participação percentual baixou para 21,5% do total. Em 1995/6, os trabalhadores assalariados no campo caíram para 3,6 milhões, ou seja, 20% do total.

O aumento absoluto do trabalho familiar combinado com a oscilação entre decréscimo e/ou elevação relativa em termos percentuais do aumento do trabalho assalariado no campo brasileiro, entre 1970 e 1995/6, pode ser mais bem espelhado pelos dados relativos ao pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários do Brasil (Tabela 7).

Tabela 7. Pessoal Ocupado nos Estabelecimentos Agropecuários de 1970 a 1995/6 (Percentual)

Grupos de área (ha)	Familiar					Assalariado				
	1970	1975	1980	1985	1995/6	1970	1975	1980	1985	1995/6
Menos de 100	91	91	86	88	88	9	9	14	12	12
Mais de 100	59	57	46	48	51	41	43	54	52	49
1.000 e mais	30	28	17	20	19	70	72	83	80	81
Total	85	84	77	78,5	80	15	16	23	21,5	20

Fonte: IBGE, Oficina, A U.

Nesses dados encontra-se também a presença significativa do trabalho familiar nos estabelecimentos com menos de 100 ha, representando, em 1970 e 1975, cerca de 91%. Em 1980 essa participação baixou para 86%, tendo voltado a subir, em 1985, para 88% onde se manteve em 1995/6. Outra foi a realidade dos estabelecimentos com mais de 1.000 ha, que em 1970 apresentavam uma participação de 30% do trabalho familiar. Essa participação minoritária caiu em 1975 para 28%, e em 1980 para 17%. No entanto, em 1985 esse percentual voltou a subir para 20% e cair para 19% em 1995/6.

Igual e contraditoriamente, esses dados revelam a dupla face das relações de trabalho no campo brasileiro, no que se refere ao trabalho assalariado. Esse contingente, nos estabelecimentos com menos de 100 ha, representava, em 1970 e 1975, apenas 9%. Em 1980 essa participação subiu para 14%. Entretanto, em 1985 teve uma queda percentual, baixando para 12%, onde se manteve em 1995/6.

Enquanto isso, nos estabelecimentos com mais de 1 000 ha, o trabalho assalariado já tinha uma participação majoritária, participando em 1970 com 70%. Em 1975 esse percentual subiu para 72% e em 1980 alcançou a casa dos 83%. Os Censos Agropecuários de 1985 e de 1995/6 mostraram que mesmo nos estabelecimentos desse grupo de área onde o trabalho assalariado é dominante ocorreu uma ligeira queda percentual, em 1985 passando para 80% e uma elevação para 81% em 1995/6. Como se pode observar, esses dados mostram, de forma clara, o caráter contraditório do desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. Mesmo tomando-se os dados das regiões ou Estados, a situação estruturalmente não muda de forma tão significativa. Esse quadro se mantém mesmo tomando-se como exemplo a região sudeste e o Estado de São Paulo, que seguramente detêm os mais altos índices de desenvolvimento e expansão capitalista do país. Em 1980, a região sudeste tinha, no que se refere ao pessoal ocupado no campo, 62% de trabalhadores de origem familiar e 38% de assalariados. Já os dados referentes a 1995/6 revelaram uma ligeira alteração, no sentido de ampliar a participação do trabalho familiar, que passou para 66%, contra 34% do trabalho assalariado. Em 1980 a situação no Estado de São Paulo apresentava um quadro um pouco diferente, quando o trabalho familiar participava com 52%, percentual que subiu em 1995/6 para 55%. Isto significa que, entre 1980 e 1995/6, o trabalho assalariado passou para 45% do total do pessoal ocupado no campo paulista.

Cabe aqui também salientar que os números variam em sua distribuição territorial pelo país. O Estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, apresentou, em 1980 e 1995/6, uma participação do trabalho assalariado de apenas 12%, predominando pois o trabalho familiar de forma quase absoluta, com 88%.

Continuando nesta linha de raciocínio, e para ilustrar mais a demonstração da realidade expressa pelas presenças do trabalho familiar e do assalariado no campo, deve-se observar que os estabelecimentos que não apresentavam trabalhadores contratados entre 1970 e 1985 comprovam essa tese (Tabela 8). Esses dados revelam que, em termos gerais, o percentual relativo dos estabelecimentos sem pessoal contratado, embora tenha tido uma ligeira queda em 1980, voltando

a crescer em 1985 e declinar em 1995/6. É absolutamente majoritário, ficando praticamente em patamares acima de 80%. O quadro torna-se ainda mais expressivo ao se observar a distribuição segundo os diferentes estratos de área. A concentração do trabalho familiar tem reinado, de forma quase absoluta, em cerca de 75% dos estabelecimentos agropecuários do país inferiores a 100 ha.

Tabela 8. Percentual do Número de Estabelecimentos Agropecuários sem Pessoal Contratado em 1970, 1980, 1985 e 1995/6 em Relação ao Número Total de Estabelecimentos

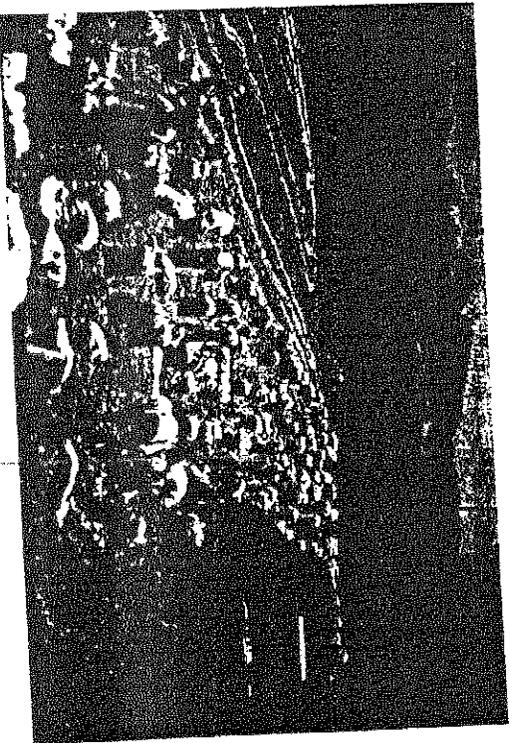
Classes de área (ha)	1970	1975	1980	1985	1995/6
Menos de 100	78,2	78,7	74,7	77,5	75,0
100 a menos de 1 000	4,2	4,3	4,0	3,9	4,1
1 000 e mais	0,2	0,1	0,1	0,1	0,2
Total	83,0	83,3	79,0	81,3	80,0

Fonte: IBGE.

Nem mesmo a expansão do uso do serviço de empreitada pode explicar a presença e o aumento do trabalho assalariado no campo, pois em 1995/6 apenas 15% do total dos estabelecimentos utilizavam essa forma de contratação do trabalho assalariado.

Dessa maneira, deve-se entender que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil está marcado, contraditoriamente, por esse processo desigual que, ao mesmo tempo, amplia o trabalho assalariado e aumenta também o domínio do trabalho familiar camponês. Esse processo tem aberto, para estas duas formas de produzir no campo, espaços distintos de predominância, o familiar nas pequenas unidades camponesas e o assalariado nas médias e grandes unidades capitalistas.

Isso equivale a dizer que este processo é uma moeda de dupla face, pois, ao mesmo tempo em que desenvolve uma face, igual e necessariamente desenvolve a outra. A expansão do trabalho assalariado tem ocasionado também a expansão do trabalho familiar. Isso não ocorre porque o trabalho familiar é funcional ou complementar ao assalariado, mas porque são as contradições internas do capital que os geram. É por isso que, ao mesmo tempo, as usinas de açúcar e as destilarias de álcool têm ampliado a área plantada com cana-de-açúcar através do trabalho assalariado. Ao contrário, indústrias como Sudia, Perdigão, Souza Cruz,



80. Beldas-fritas colhendo batatas em Três Corações (MG).

por exemplo, têm investido na ampliação e no fortalecimento das unidades camponesas de produção de aves, suínos e fumo.

Este processo também, como todos os anteriormente citados, é de certo modo desigual territorial e temporalmente. A análise dos dados sobre essa realidade tem mostrado ora a expansão, ora a retração desses dois tipos de relação de trabalho (assalariado e familiar) em cada região do país. O mesmo se constata quando se analisam as séries temporais históricas portuárias. Num período, uma relação pode retrair-se e, em período posterior, voltar a aumentar e assim por diante. Exemplo disso é a diminuição dos posseiros na região sudeste e o seu aumento no Nordeste entre 1970 e 1980. Já entre 1980 e 1985, encontra-se novamente o seu aumento na região sudeste. Isto significa que não se pode tomar como produto de uma relação mecânica de causa e efeito a expropriação da terra no capitalismo. Ela também é desigual e contraditória. Prova disso é o fato de que, ao mesmo tempo em que há um aumento dos latifúndios capitalistas, há também um aumento das unidades camponesas de produção. Esse processo revela que, ao mesmo tempo em que aumenta a concentração das terras nas mãos dos latifundiários, aumenta o número de camponeses em luta pela recuperação dessas terras expropriadas. Para que isso seja possível, eles continuam seu devir histórico: a estrada como caminho. A migração tem

sido uma necessidade da sua reprodução na luta pela fração do território distante para poder continuar camponês. Espaço e tempo unem-se dialeticamente na explicação desse processo. Quando a possibilidade de recuperar a fração do território perdido não pode ser realizada, ele encontra novas formas de luta para abrir acesso à terra camponesa onde esta se tornou capitalista. O Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra é um bom exemplo dessa nova realidade no campo brasileiro.

É, pois, essa unidade dialética entre a expansão do latifúndio e da unidade camponesa, entre trabalho assalariado e trabalho familiar camponês e entre a territorialização do monopólio capitalista e a monopolização de frações do território dominado pelos camponeses que marca a estrutura agrária do Brasil.

## 8.4. A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA NO BRASIL

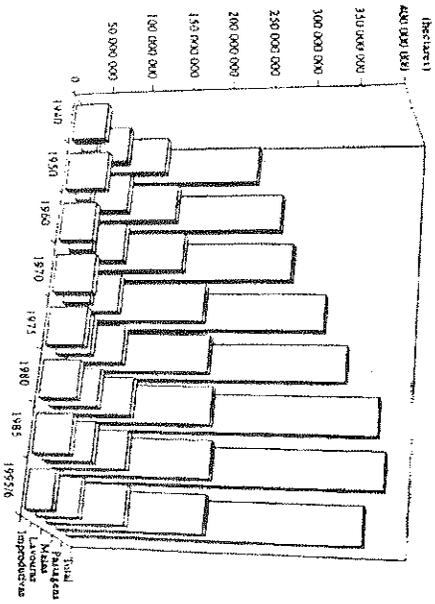
### 8.4.1. A TERRA-MERCADORIA E A PRODUÇÃO NO CAMPO

A produção agropecuária brasileira contém também as contradições inerentes à lógica do desenvolvimento capitalista no país. Esse processo geral, marcado pela concentração de terras nos latifúndios e pela expansão da unidade camponesa, aparece sobretudo nos diferentes usos a que a terra está submetida. Estes, por sua vez, podem aparecer como máscaras sobre a real função que a terra tem. Exemplo expressivo da maquiagem do processo de concentração da terra está na distribuição do uso do solo pelas atividades agropecuárias. Os dados dos Censos Agropecuários demonstram que, ao se comparar a realidade do campo entre 1940 e 1995/6, verificar-se-á que em termos globais o Brasil tem mais de 50% de suas terras ocupadas por pastagens. Tem sido comum a adoção dessa forma de uso da terra para "esconder" a terra-mercadoria (reserva de valor) à espera da especulação imobiliária. Esta evidência é tanto mais acenuada quando se tomam os estabelecimentos, com menos de 10 ha, que, inversamente nos grandes estabelecimentos, têm visto aumentar a porcentagem da área destinada às lavouras (cerca de 56% em 1995/6, contra apenas 22% da superfície ocupada pelas pastagens). Enquanto isso, os estabelecimentos com mais de 10 mil ha tinham apenas 3% de sua área ocupada pelas lavouras, ao passo que cerca de 37% de sua área estava tomada pelas pastagens e outros 50% ocupada pelas matas (Gráfico 7).

É esse papel da terra-mercadoria na economia brasileira que tem caracterizado a estrutura básica do campo brasileiro. Dados do INCRA de 2003, mostram

que há no país mais de 120 milhões de ha de terras improdutivas, distribuídas praticamente por todas as regiões, sendo que a maioria delas está no Centro-Oeste.

Gráfico 7. Utilização da Terra no Brasil (1940-1995/6)



Fonte: IBGE, Orig. Oliveira, A.U.

Esse traço característico da estrutura agrária brasileira está na base do processo de concentração fundiária existente no país, que de certo modo caracteriza o campo como dominado pela pecuária de corte de norte a sul, de leste a oeste. Na realidade, quando se analisa sua estrutura produtiva, verifica-se que o caráter da terra como reserva de valor se manifesta na terra improdutiva, em parte na terra ainda coberta por mata natural contida nos latifúndios e, sobretudo, na terra ocupada pelas pastagens. Exatamente o contrário ocorre com o uso da terra nos estabelecimentos com menos de 100 ha: ela está ocupada produtivamente pelas lavouras.

#### 8.4.2. O VALOR DA PRODUÇÃO ANIMAL E VEGETAL

Os dados referentes ao valor da produção animal e vegetal do Censo Agropecuário de 1995/6 (Tabela 9) revela todo o caráter improdutivo da maior parte da terra na estrutura agrária brasileira. Essa realidade contraditória do se-

tor produtivo do campo brasileiro aparece na participação expressiva das unidades com área inferior a 100 ha (que, embora detivessem apenas 20% da área ocupada total, geraram 46,5% do valor da produção animal e vegetal do país). Por sua vez, os estabelecimentos médios, com área entre 100 e 1.000 ha (35% da área ocupada total), ficaram com 32,3% e os grandes estabelecimentos, com área acima de 1.000 ha e que ocupam 45% da área agrícola do país, foram responsáveis por apenas 21,8% do valor da produção vegetal e animal total do país naquele ano agrícola.

Tabela 9. Brasil: Valor da Produção - 1995/6 (Percentual)

	Total		
	Menos de 100 (ha)	100 a 1.000 (ha)	1.000 e mais (ha)
Total geral (%)	100,0	46,5	32,3
Produção animal			
Aves/animais de pequeno porte (%)	10,4	7,8	2,2
Animais de médio porte (%)	190,0	75,0	21,0
Animais de grande porte (%)	3,8	3,0	0,7
Total (%)	100,0	79,0	18,0
Produção vegetal			
Animais de grande porte (%)	25,2	8,7	9,8
Total (%)	100,0	39,4	19,5
Produção vegetal			
Lavoura total (%)	54,7	24,1	18,7
Lavoura temporária (%)	100,0	44,0	21,0
Lavoura permanente (%)	42,1	16,9	14,3
Lavoura permanente (%)	100,0	40,0	24,0
Horticultura e Floricultura (%)	12,6	7,2	4,4
Silvicultura (%)	100,0	57,0	35,0
Extracção vegetal (%)	2,0	1,8	0,2
Total (%)	100,0	90,0	10,0
Produção animal			
Silvicultura (%)	2,3	0,4	0,4
Extracção vegetal (%)	100,0	17,0	17,0
Total (%)	1,6	0,9	0,3
Produção vegetal			
Total (%)	100,0	36,0	19,0
Total (%)	60,6	27,2	19,6
Total (%)	100,0	43,0	23,0

Fonte: IBGE.

Esta característica, marcada pelo uso não-produtivo da terra no Brasil, fica ainda mais evidente quando se toma apenas, principalmente, a pecuária bovina. Os dados do valor da produção animal de grande porte mostram que 35% do valor total dessa produção foi obtido nos estabelecimentos com menos de 100 ha, que ocupam apenas 16% (28 milhões de ha) da superfície total do país destinada às pastagens. Enquanto isso, os grandes estabelecimentos (mais de 1 000 ha) foram responsáveis por apenas 26% desse valor, embora controlassem mais de 45% da área com pastagens (mais de 79 milhões de ha).

Os dados da Tabela 9 mostram também que a produção vegetal (favouras permanentes e temporárias) é responsável por 60,6% do total do valor da produção, sendo que 45% dessa produção está nos estabelecimentos com área inferior a 100 ha. Cabe ressaltar que, mesmo com relação ao total da produção animal (incluindo grande, médio e pequeno porte), os estabelecimentos com área inferior a 100 ha respondem por 49% do total do valor dessa produção.

Tabela 10. Valor da Produção Animal e Vegetal por Hectare Total segundo as Classes de Área em 1995/6

Classes de área (ha)	R\$
Total	135,14
Menos de 10	738,19
10 a menos de 100	261,87
100 a menos de 1 000	125,12
1 000 a menos de 10 000	77,12
10 000 e mais	33,29

Fonte: IBGE.

Estas evidências são importantes para rediscutir a visão teórica de grande parte dos estudiosos brasileiros, segundo os quais a lógica da agricultura no Brasil é dada pela grande exploração. Esses estudiosos acertaram em parte nesta afirmação, pois é verdade que a característica principal do campo brasileiro está dada pela grande propriedade, porém suas terras não estão ocupadas produtivamente; estão, sim, relictas com finalidade especulativa não-produtiva. Um pequeno exercício aritmético permite comprovar esse fato. Basta tomar os dados do Censo Agropecuario de 1995/6 referentes ao valor da produção animal e vegetal e dividir pela área total ocupada pelos estabelecimentos por estratos de

área (Tabela 10). Esse procedimento visa antes de mais nada evidenciar a terra deixada improdutiva, por isso não se relaciona o valor da produção apenas pela área ocupada produtivamente.

Em 1995/6, em termos globais, a relação do valor da produção por hectare mostra que os estabelecimentos com menos de 10 ha conseguiram um valor bruto da produção 22 vezes maior do que aqueles que têm mais de 10 000 ha e 9 vezes maior do que os estabelecimentos com área entre 1 000 e 10 000 ha.

Esses dados revelam fundamentalmente que a terra nos pequenos estabelecimentos está ocupada produtivamente, enquanto nos grandes estabelecimentos está pouco utilizada produtivamente, mantendo-se sobretudo como reserva de valor. Para que não parem dúvidas sobre esse papel da terra na maioria dos grandes estabelecimentos, podem-se analisar também os dados referentes apenas ao valor da produção animal de grande porte (pecuária bovina principalmente), relacionado com área ocupada pelas pastagens (Tabela 11).

Tabela 11. Valor da Produção Animal de Grande Porte por ha de Pastagem segundo as Classes de Área em 1995/6

Classes de área (ha)	R\$
Total	67,65
Menos de 10	281,73
10 a menos de 100	128,91
100 a menos de 1 000	66,87
1 000 a menos de 10 000	45,43
10 000 e mais	23,57

Fonte: IBGE.

A realidade expressa por esta relação é também inequívoca, pois o montante do valor da produção por hectare de pastagem dos estabelecimentos com menos de 10 ha é dezesseis vezes superior aos dos estabelecimentos com mais de 10 000 ha, e cerca de oito vezes superior aos dos estabelecimentos com área entre 1 000 e 10 000 ha.

Tudo isso leva à conclusão de que o real papel da concentração fundiária no país é a retenção da terra nos latifúndios como reserva de valor e que na maioria dos casos a pecuária de corte não passa de um subterfúgio para esconder esse fato, maquiando-a como produtiva.

### 8.4.3. A PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS

Quando se analisa o volume da produção dos principais produtos da agropecuária nacional, verifica-se que os estabelecimentos com menos de 100 ha são

Tabela 12. Brasil. Volume da Produção Agropecuária 1995/6 (Participação Percentual)

Produção animal	Menos de 100 ha			100 a 1.000 ha			1.000 ha e mais		
Rebanho bovino	27	40	33						
Rebanho suíno	79	18	03						
Rebanho ovino	44	38	18						
Aves	79	19	02						
Leite	56	39	05						
Produção vegetal									
Lavoura temporária									
Algodão em caroço (bruteiro)	44	34	28						
Arroz em casa	29	40	31						
Batata-inglesa	64	27	09						
Cana-de-açúcar	12	38	50						
Feijão	79	16	05						
Fumo	98	02	00						
Mandioca	85	13	02						
Milho	45	36	19						
Soja	25	40	35						
Tomate	67	25	08						
Trigo em grão	46	44	10						
Lavoura permanente									
Agave	62	32	06						
Algodão em caroço (bruteiro)	62	32	07						
Banana	86	22	02						
Cacau em amêndoa	56	42	02						
Café em coco	54	41	05						
Caju - castanha	64	20	16						
Chá-da-índia	40	60	00						
Coco-da-baía	60	40	00						
Guaraná	58	23	19						
Laranja	81	18	01						
Laranja	43	43	19						
Maçã	25	38	37						
Mamão	38	53	09						
Pimenta-do-reino	41	41	08						
Uva de mesa	84	51	11						
Uva para vinho	96	02	02						

Fonte: IBGE, Org. Oliveira, A.U.

responsáveis por um percentual elevadíssimo da maior parte deles. Os dados sobre essa produção mostram que os pequenos estabelecimentos foram responsáveis por mais de 50% do volume da produção total de agave, castanha de caju, guaraná, fumo em folha, uva, mandioca, feijão, batata-inglesa, tomate, coco-da-baía, banana, pimenta-do-reino, algodão em caroço arbóreo, café em coco e cacau, além de suínos, aves, leite e ovos (Tabela 12).

Já produtos como trigo, soja, laranja, arroz e mamão, no último censo em 1995/6, passaram gradativamente a ter mais de 50% da produção total do país nos estabelecimentos médios (sobretudo aqueles entre 100 e 1.000 ha).

A cana-de-açúcar e a pecuária bovina são pouco produzidas nos pequenos estabelecimentos, constituindo-se, pois, em produção agropecuária típica dos estabelecimentos médios e grandes.

De certo modo, o que se tem é o reflexo do papel fundamental que a terra tem adquirido na economia brasileira: de um lado, a lógica ditada pela terra produtiva nos grandes estabelecimentos; de outro, a lógica ditada pela terra produtiva nos pequenos estabelecimentos. O processo contraditório da expansão da agricultura fez com que os setores capitalistas no campo optassem principalmente pela pecuária bovina (corde) e pelas culturas de cana-de-açúcar, soja, arroz, laranja, e maçã, milho, trigo, etc. Enquanto isso, as pequenas unidades camponesas são as responsáveis diretas pela maior parte do volume da produção dos alimentos básicos da população e de várias matérias-primas industriais. O capital abre, portanto, simultaneamente, o caminho para a sua expansão e a da produção camponesa.

### 8.4.4. A DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

A análise da distribuição territorial da produção agropecuária no Brasil também apresenta a desigualdade como característica básica. No que se refere ao setor pecuário, constata-se que a distribuição do rebanho bovino está mais concentrado no Centro-Sul do país (Centro-Oeste 33%; Sudeste 23%; Sul 17%). O rebanho de caprinos, por sua vez, está mais concentrado no Nordeste (94%). O rebanho de suínos e o plantel de aves estão concentrados sobretudo nas regiões sudeste, sul e centro-oeste.

Essa concentração dos rebanhos tem razões históricas que convém recordar. Em primeiro lugar, a presença da pecuária de corte e leiteira no Centro-Sul está li-

gado não só à formação dos grandes mercados urbanos das regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte mas também às exportações de carne. Com relação ao rebanho de suínos, as raças derivam do papel das indústrias de embutidos (Sadia, Perdigão, Seara etc.), que criaram mecanismos de incentivo à produção em suas áreas de origem, através de um mecanismo denominado integração, subordinando a produção camponesa no Sul do país.

Tabela 13 Volume da Produção dos Principais Produtos Agrícolas segundo as Regiões em 2002

Produtos	Brasil					
	Produção total (t)	Norte (%)	Nordeste (%)	Sudeste (%)	Sul (%)	C-Oeste (%)
Abacaxi	173930	4,5	6,2	70,9	16,8	1,6
Abacaxi (1)	1433234	19,3	40,3	33,5	1,0	5,9
Algodão arbóreo	4105	—	100,0	—	—	—
Algodão herbáceo	2166014	0,0	10,9	11,3	3,9	73,9
Alho	114436	—	11,7	27,0	41,7	19,6
Amendoim	195284	0,0	3,6	86,1	8,4	1,9
Aveia	10457093	9,3	8,9	3,2	63,1	15,5
Arroz	298086	—	—	—	97,3	2,7
Banana (2)	6422855	15,4	34,3	33,3	14,2	3,8
Banana-doce	498046	0,3	31,8	16,7	50,4	0,8
Banana-inglesa	3126411	—	3,0	53,7	38,0	5,3
Berrinho	146464	2,8	13,4	60,2	0,4	23,2
Cacau	174796	29,7	63,0	6,7	—	0,6
Café	2649609	4,2	6,6	81,1	5,2	2,9
Caqui	141364	—	0,1	72,3	27,6	—
Caná-de-açúcar	364391016	0,2	16,4	66,2	8,2	9,0
Castanha de-caju	164539	1,8	98,1	0,1	—	—
Cebola	1222124	—	18,3	28,1	—	2,0
Cenoura	5073	—	—	—	100,0	—
Cevada	244600	—	—	—	99,9	0,1
Chá-da-finha	37364	—	—	93,7	6,3	—
Coco-da-baba (1)	1928236	12,9	72,5	13,1	0,0	1,5
Dendê	717893	76,7	23,2	—	—	—
Ervame	513536	—	—	—	98,9	1,1
Ervilha	7986	—	—	20,3	25,3	54,3
Fava	10099	—	93,6	5,8	0,6	—
Feijão	3064228	3,5	28,3	27,0	30,5	10,7
Figo	23921	—	—	46,9	52,9	0,2
Fumo	670309	0,1	3,4	0,2	96,3	—
Goiabá	321127	1,0	43,8	42,2	3,8	9,2
Garand	4032	22,8	66,5	—	—	—
Júca	1459	—	—	—	—	10,7
Latexja	18530625	1,3	9,1	84,1	4,7	0,8

Produtos	Brasil					
	Produção total (t)	Norte (%)	Nordeste (%)	Sudeste (%)	Sul (%)	C-Oeste (%)
Limão	984551	—	7,2	87,2	3,5	1,0
Linha	2980	—	—	0,3	100,0	—
Maiz	857388	—	0,1	—	—	—
Mandioca	8608	99,9	—	—	—	—
Manteiga	1597696	1,7	58,9	38,2	0,3	0,9
Marmelo	170897	—	94,9	1,6	0,0	3,5
Mamona	23065577	26,3	35,6	9,0	23,0	6,1
Mandioca	842349	2,2	65,5	28,7	1,1	1,5
Manga	478652	7,5	43,5	40,9	4,1	4,2
Maracujá	1275	—	16,0	53,1	27,6	3,3
Marmelo	1491137	10,0	27,0	12,4	35,0	15,6
Melancia	332300	0,1	94,9	0,6	4,2	0,2
Melão	35932962	2,2	6,1	24,8	46,8	20,1
Milho	1909	—	—	7,8	92,2	—
Nor	41119	9,7	0,3	13,9	2,0	73,2
Palmito	19696	—	—	33,5	66,5	—
Pera	218292	—	—	22,9	77,1	—
Pêssego	35588	88,9	4,8	6,3	—	0,0
Pimenta-do-reino	1378	—	—	—	100,0	—
Rami	171226	—	—	—	—	—
Sisal ou agave	42124898	0,8	5,0	8,3	37,2	48,7
Soja	786757	0,2	5,5	20,3	12,5	61,5
Sorgo	1262714	0,5	2,9	57,1	38,2	1,3
Tangerina	3653922	0,6	13,9	45,9	10,9	26,7
Tomate	3105658	—	—	2,7	93,2	4,1
Trigo	11582	31,0	31,4	35,4	9,1	2,2
Urcum	1148648	0,1	16,2	21,6	61,8	0,3

(1) Em 1 000 frutos

(2) Em 1 000 caixas

Fonte: IBGE

A produção de lavouras permanentes e temporárias, por sua vez, tem obedecido a lógicas distintas, ficando seu estímulo e/ou expansão ligados, ora à ação do Estado, ora à de cooperativas ou empresas industriais.

De forma geral, pode-se dizer que as culturas de exportação têm sido responsáveis pela caracterização básica da agricultura especificamente capitalista no Brasil. Foi assim que as políticas fomentadas pelos governos militares pós-64, através das cooperativas no Sul do Brasil, levaram à expansão da cultura da soja nessa região. Mas foi também o acordo assinado em 1974 entre o Brasil e o Japão (Prodecer) que viabilizou a expansão da soja para Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, oeste da Bahia e sul do Maranhão. Em 2002, os dados mostram que cerca de 37% da produção de soja estava na região sul (Rio Grande

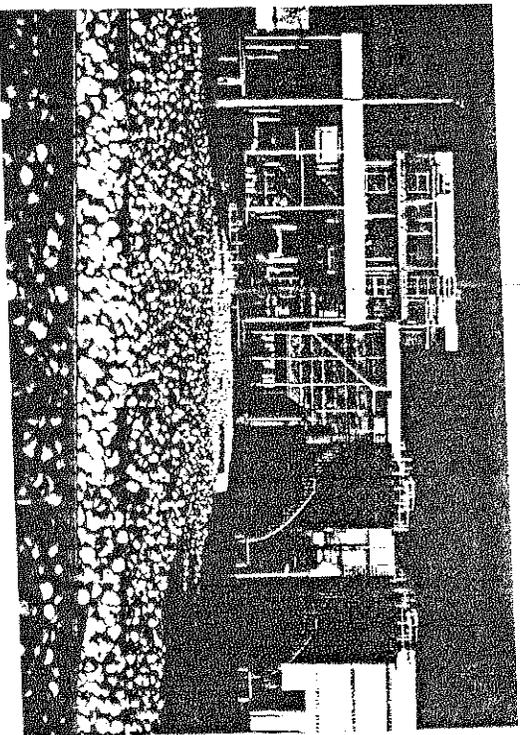
do Sul 13%. Paraná 23% e mais de 48% na região centro-oeste (Mato Grosso 28%, Mato Grosso do Sul 8%, Goiás 13%). Cabe lembrar também que essa expansão no cerrado vem sendo possível pela migração de sulistas para o centro do país. Essa migração, paradoxalmente, resultou da concentração da terra gerada pela própria expansão da soja no Sul do Brasil.

Cabe registrar também o movimento de mudança das rotas de investimentos capitalistas do setor da soja têm feito na direção do Paraguai e da Bolívia, em decorrência dos baixos preços da terra e das vantagens fiscais nesses países.

O café é outra cultura que alterou sua expansão geográfica. O Paraná, que foi num passado recente o principal produtor, já não controla mais do que 5% da produção nacional. Hoje, os novos cafezais estão se expandindo em Minas Gerais (49%) e no Espírito Santo (21%). São Paulo tem mantido sua produção na casa dos 10%, o que tem permitido ao Estado conservar-se em terceiro lugar no país. Outra aspecto importante que ocorreu com a cultura do café foi a alteração nas relações de trabalho. Atualmente, a produção de café está predominantemente baseada no trabalho assalariado, enquanto no período áureo da expansão no Paraná fundava-se na parceria. Cabe também ressaltar a presença da cultura do café na Bahia (6%) e em Rondônia (4%), neste último Estado sobretudo em função dos movimentos migratórios de paranaenses para a Amazônia. O café foi também levado para o Paraguai por capitalistas brasileiros do setor que abriram aquele país para uma verdadeira invasão de lavradores brasileiros, hoje conhecidos como "brasiguaios."

A cana-de-açúcar é outra cultura que se tem expandido grandemente em função dos programas do Pró-Álcool. Essa expansão contém um aspecto contraditório, do ponto de vista territorial, que deriva do processo de territorialização do capital nesse setor, fazendo com que essa expansão seja também em grande parte concentrada. Em decorrência desse processo, São Paulo concentra atualmente 58% da produção brasileira de cana. Quando se analisa a distribuição dessa cultura no interior do Estado, pode-se constatar que ela está concentrada principalmente nas regiões de Piracicaba e Ribeirão Preto. Além de São Paulo, a cana-de-açúcar expandiu-se para os Estados do Paraná e do Goiás e continua sendo produzida nas regiões tradicionais, como Campos, no Rio de Janeiro, e Zona da Mata, no Nordeste.

A cultura da laranja tem na indústria do suco o móvel de sua expansão. São Paulo continua concentrando 80% da produção nacional, porém novas áreas de cultivo já começam a se formar no Triângulo Mineiro (como área alternati-



81. Indústria de suco de laranja em Mato (SP).

va para a expansão da cultura no norte de São Paulo), na região de Paranavai (PR) e na região de Sorocaba (SP), em ambas em função da implantação de indústrias de suco concentrado.

Em 2002, a participação nas exportações das grandes empresas do setor para o mercado internacional do suco de laranja foi dominado pela Citrale, Citrovita, Citrosuco e Cargill. Em 2004, a Cargill foi comprada pela Citrale e Citrosuco, que detêm, assim, o monopólio no setor.

O arroz, cultura alimona básica de grande parte da população, com o predomínio do tipo "agulhinha", tem no Rio Grande do Sul a grande área produtora nacional (52%). Atualmente, inclusive, capitalistas produtores de arroz do Rio Grande do Sul estão indo para a Argentina e Uruguai à procura de terras mais baratas para aumentar essa produção. No conjunto nacional, vários Estados participam do restante da produção; entre eles destacam-se Santa Catarina 9%, Minas Gerais 2%, Maranhão 6%, Mato Grosso 11%, Mato Grosso do Sul, Paraná e Goiás 2% e São Paulo, com 1%. O arroz é uma das culturas que têm sido cada vez mais plantadas nas médias e grandes unidades capitalistas no Centro-Sul do país e na Amazônia.

Em geral, a distribuição territorial da produção dos principais produtos agrícolas mostra uma forte concentração na região sul. À região sudeste cabe outra fatia significativa desta produção no campo brasileiro.

### 8.5. A REORDENAÇÃO TERRITORIAL DO CAMPO BRASILEIRO E AS NOVAS FRONTEIRAS AGRÍCOLAS

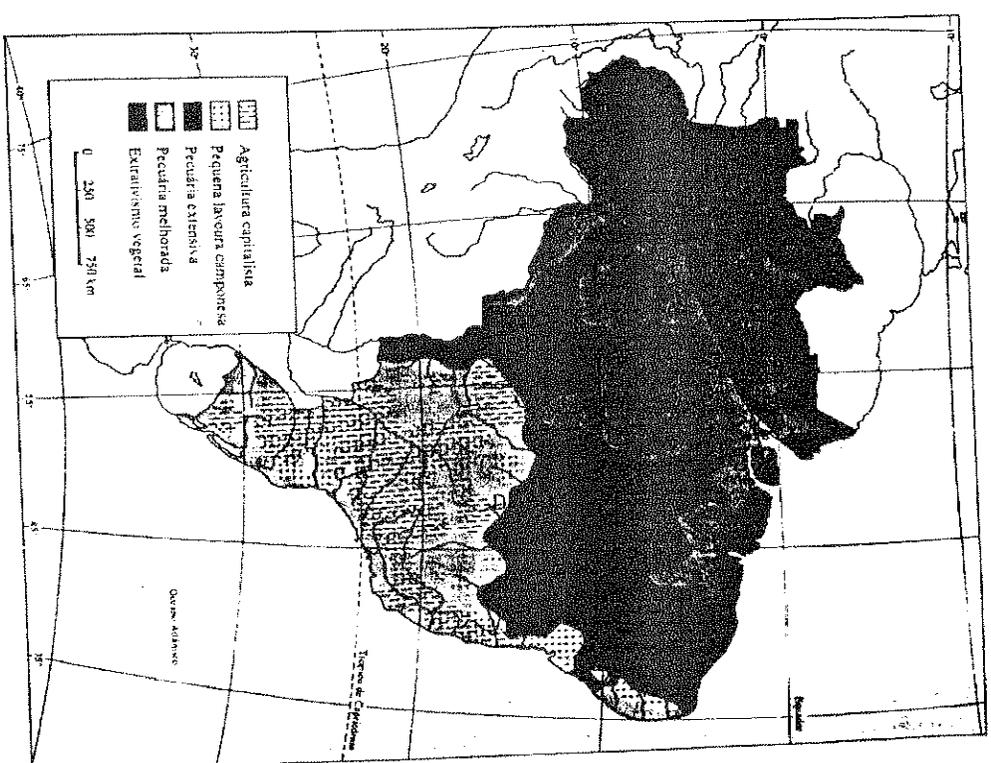
#### 8.5.1. A AÇÃO DO ESTADO E A LÓGICA DO CAPITALISMO

O desenvolvimento capitalista no Brasil tem imposto uma reordenação territorial ao campo brasileiro. A formação dos grandes mercados urbanos nas regiões metropolitanas permitiu que novos produtos agrícolas fossem cultivados, formando assim novas áreas produtoras ou mesmo revigorando outras já decadentes. Somada à produção voltada para o mercado interno está a expansão das culturas de exportação, via de regra financiadas com incentivos fiscais oriundos das políticas territoriais do Estado. Assim, combinando mercado interno e externo, o Estado atuou no sentido de incrementar a produção principalmente de grãos.

O caráter industrial da agricultura capitalista do país possibilitou a produção em grande escala das culturas cuja obtenção de preços altos no mercado garantia lucro certo nesses empreendimentos. O Estado atuou no sentido de estimular esses setores competitivos, deixando praticamente abandonado as culturas que se têm constituído, historicamente, na alimentação básica dos trabalhadores brasileiros.

Entre as políticas públicas, cabe ressaltar as voltadas para a implementação de novos pólos de desenvolvimento: o Polocentro, o Polonordeste e o Polamazônia. O Polocentro esteve e está voltado para a expansão da cultura de grãos – soja e arroz principalmente – no cerrado do Brasil Central. O Polonordeste foi responsável, sobretudo, pelos investimentos na Zona da Mata nordestina e no Sertão. Na região semi-árida, essas políticas governamentais privilegiaram investimentos em projetos de irrigação, quer nas áreas dos açudes, quer nos vales dos rios da região. Papel de destaque coube à área do rio São Francisco nos Estados da Bahia e Pernambuco, ao vale do rio/águaçu no Rio Grande do Norte e ao vale do rio Jaguaribe no Ceará. O Polamazônia foi responsável pelo estabelecimento dos pólos de desenvolvimento agronômico e agropecuário na região amazônica. Seguramente, dessa política derivaram os atuais processos de desmatamento e de violência na região.

Mapa 1. Brasil: Uso da Terra (1990)



Fonte: Adaptado e atualizado de M. E. Simielli, *Croquiões*, Ática, 1988.

Essas ações estimuladas pelo Estado, somadas à própria lógica de concentração do capital a partir dos grandes centros metropolitanos, fizeram surgir no campo brasileiro uma reordenação territorial, produto da combinação contraditória e desigual da expansão da agricultura especificamente capitalista e da agricultura camponesa (Mapa 1).

### 8.5.2. A REORDENAÇÃO TERRITORIAL DO CAMPO E AS ALTERAÇÕES NA

#### FRONTEIRA

A forte concentração industrial e metropolitana de São Paulo articula hoje praticamente quase toda a produção agrícola brasileira. São Paulo sedia não só a bolsa de cereais oficial como também sua similiar clandestina, a "bolsinha", na região da rua da Cantareira, próximo ao Mercado Central da cidade. Além dessas duas, São Paulo conta também com a bolsa de mercadorias e futuros, que atua fortemente no mercado das *commodities* (mercadorias tais como: café, soja, boi gordo etc.).

Se não bastassem essas duas bolsas, capazes por si sós de centralizar na metrópole paulista a principal parte da comercialização dos produtos de origem agrícola do país, em São Paulo encontra-se também a principal unidade de comercialização de produtos hortifrutigranjeiros do país: o CEAGESP (Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo). Nesse entreposto formase praticamente a base de todos os preços nacionais desses produtos, conferindo-lhe capacidade de centralização e decisão sobre esta parcela da produção agrícola.

Assim, São Paulo articula ambas as produções: capitalista e camponesa, no campo brasileiro. Essa articulação faz com que o país vá criando áreas de certas especializações do ponto de vista produtivo. As regiões da Grande São Paulo, Campinas, Jundiaí e a porção sul da região de Sorocaba têm-se especializado na produção hortifrutigranjeira. São áreas produtoras de verduras, legumes, morango, uva, pêssago, caqui, cebola, tomate etc.; cultivados sobretudo por unidades camponesas de produção, articuladas no passado por grandes cooperativas, como a Cooperativa Agrícola de Cota e a Sul-Brasil, que foram à falência.

A Coopercola foi também responsável pela expansão das culturas de frutas no Nordeste brasileiro: mamão, no sul da Bahia e no norte do Espírito Santo; melão, uva e manga nos vales do Açu (Rio Grande do Norte) e do São Francisco (Bahia e Pernambuco); mamão papaia na Amazônia. Além disso, atuou no setor de

produção de soja, na região de Barreiras, no oeste do Estado da Bahia. Cabe salientar que parte dessa produção está voltada para a exportação.

Também em decorrência da ampliação do mercado interno, somada à industrialização da fruta, o abacaxi passou a ser cultivado em várias partes do país. Às regiões tradicionalmente produtoras de Bauru/Marília (SP) vêm sendo somadas novas áreas produtoras no Triângulo Mineiro, norte de Minas e Agreste paraibano. Com isso criou-se um mecanismo de rodízio em seu calendário anual, de modo a produzir-lo o ano todo.

Estimulado igualmente pelo mercado interno e externo, estruturou-se, no oeste catarinense, noroeste do Rio Grande do Sul e sudoeste do Paraná, uma das mais importantes áreas de produção avícola e suína do país. A ação articulada de empresas como a Sadin e a Perdigão tem expandido essas atividades criatórias através do mecanismo chamado integração, com a finalidade de se abastecerem de matéria-prima industrial para a fabricação de embutidos. Atualmente, a avicultura expandiu suas atividades para o Mato Grosso do Sul e para Goiás e Mato Grosso.

A necessidade da produção do álcool carburante incentivada pelo Estado, via Pró-Alcool, fez com que a área cultivada de cana fosse também amplificada grandemente no país. A implantação de destilarias não só intensificou a cultura nas áreas tradicionais como introduziu-a em novas áreas que vão até a Amazônia.

A ação do Estado através da política de incentivos fiscais para a silvicultura também contribuiu para alargar em várias áreas do país, o uso da terra. Assim, a expansão da indústria de papel e celulose e de derivados da madeira foi estimulada a florestar vastas áreas com *Pinus* e eucalipto, principalmente nos Estados de São Paulo, Paraná, Espírito Santo e Bahia. Essa atividade também chegou à Amazônia brasileira, através do Projeto Jari, onde se produz pasta de celulose da *Gmelina* e do *Pinus caribea*. Mas é no Espírito Santo e no sul da Bahia que estão as maiores áreas reflorestadas com eucalipto do país; nessa região estão também uma grande indústria (Aracruz Celulose) e um porto especializado na exportação do produto (Portocel).

A ação do Estado na articulação e formação de grandes cooperativas no Sul do Brasil, via política de cooperativismo, abriu a possibilidade de expansão da cultura da soja no planalto meridional brasileiro. Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul têm hoje grandes produções desse produto, destinada principalmente a exportação e cultivado em rodízio com o trigo. Este também tem sua expansão ligada às políticas governamentais de estímulo ao plantio, cujo



82. Cultura de uva na área irrigada do vale São Francisco.

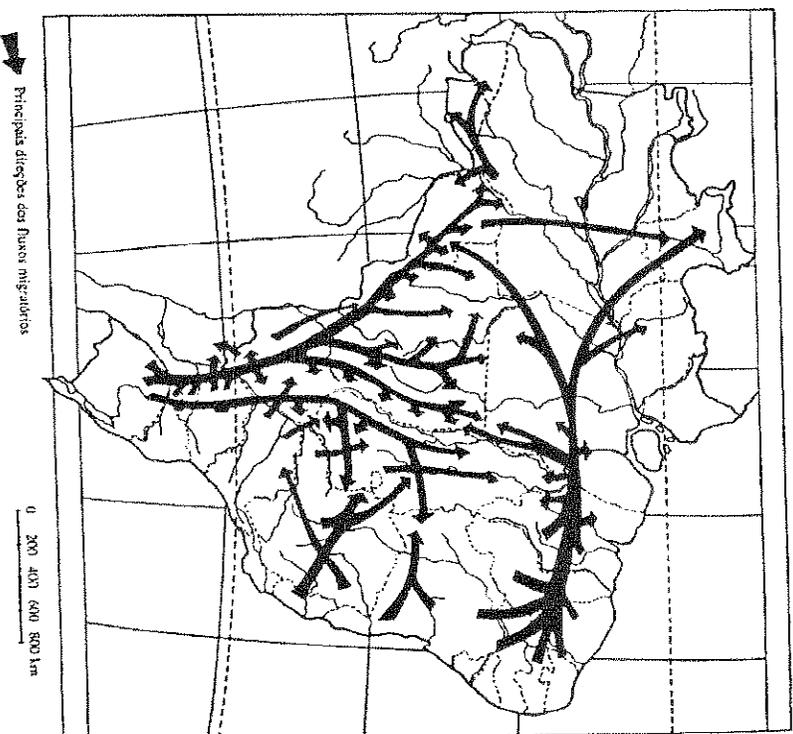


83. Pivô de irrigação em cercação no município de Patrocínio (MG).

objetivo é diminuir a sua importação. Assim, o híbrido soja-trigo marca maneira essa porção do território brasileiro. É importante salientar, também, que a soja é responsável pela transformação radical do cerrado brasileiro, tendo-se expandido para novas áreas produtoras nos Estados de Mato Grosso (Rondonópolis, Diamantino, Tangará da Serra, Soriso e Barra do Garças), Goiás (Jatui, Rio Verde etc.), Bahia (Barreiras), Tocantins (Formoso), Maranhão (Balsas) etc.

No entanto, é a pecuária bovina que mais se tem expandido pelo território brasileiro nas últimas décadas. Essa atividade tem hoje áreas de especiali-

Mapa 2. Brasil: Migrações Internas (1990)



zação, como a bacia leiteira do vale do Paraíba (paulista e fluminense) e sul de Minas e a área de engorda (invernado) da pecuária de corte no oeste do Estado de São Paulo. Mas essa atividade expandiu-se por todo o país, tendo, inclusive, transformado áreas tradicionais como o Sertão e o Agreste nordestinos. Essa expansão atingiu igualmente a Amazônia brasileira, em decorrência das políticas de incentivos fiscais promovidas pela Sudam, a partir de 1966. Assim, grupos empresariais do Centro-Sul do país (paulistas principalmente) investiram em projetos agropecuários no Pará, Mato Grosso, Maranhão, Tocantins, Rondônia e Acre. A implantação da pecuária de corte na Amazônia é a responsável direta pela devastação florestal da região, bem como por grandes fraudes na aplicação dos incentivos fiscais. Estudos realizados pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), órgão do Ministério de Planejamento do governo federal, demonstraram que apenas 25% desses incentivos foram efetivamente aplicados na região. No entanto, a floresta foi derrubada para a formação de pastos, o que, é importante ressaltar, tem-se mostrado inadequado ecológica e economicamente.

Além dessas atuações do Estado no reordenamento territorial da produção agrícola, cabe lembrar as políticas governamentais voltadas para a colonização da Amazônia. Através delas o INCRA (Instituto de Colonização e Reforma Agrária) implantou projetos de colonização oficial na região da Transamazônia (Marabá, Aluminara), em Rondônia (Ariquemes, Jaru, Ouro Preto do Oeste, Ji-Paraná, Cacoal, Presidente Médici, Pimenta Bueno etc.) e Mato Grosso (Lucas do Rio Verde, Terra Nova, Guarani do Norte). Grupos privados e particulares, estimulados também por essas políticas, implantaram projetos de colonização particulares principalmente em Mato Grosso. Em decorrência desses projetos privados surgiram cidades como Sinop, Colider, Sorriso, Nova Mutum, Alta Floresta, Água Boa, Canarana etc.

A presença desses projetos e as transformações pelas quais o campo vem passando nos últimos anos têm sido responsáveis pela intensificação e pelo redirecionamento dos fluxos migratórios para o Centro-Oeste e principalmente para a Amazônia, abrindo, dessa forma, novas fronteiras agrícolas no território brasileiro (Mapa 2). Essas transformações estão na base dos processos de luta pela terra desencadeados no campo. Os movimentos sociais têm-se intensificado nos últimos anos e a luta pela reforma agrária tem-se ampliado, chegando às grandes cidades do país.

## 8.6. OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO E A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

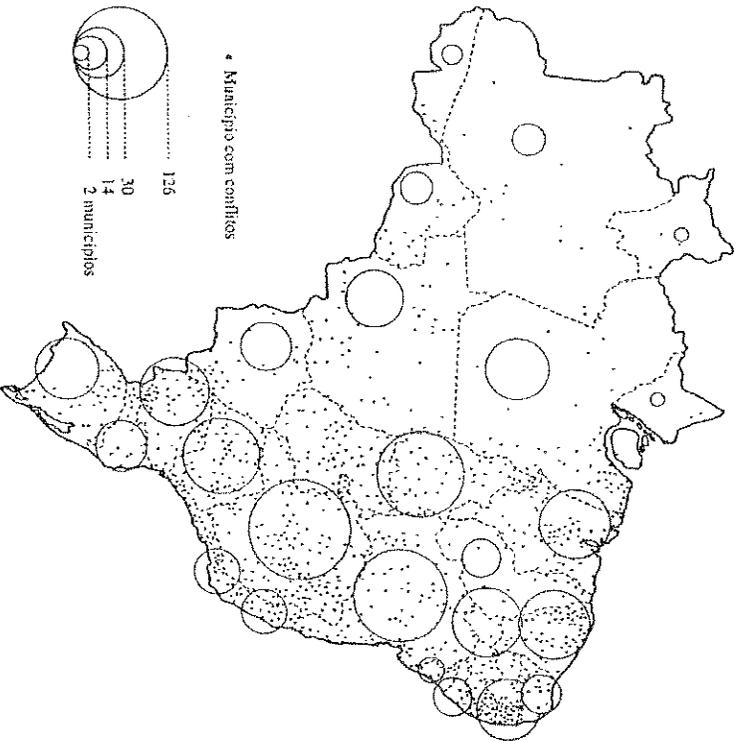
As transformações profundas por que tem passado o campo brasileiro nas últimas décadas têm gerado um aumento significativo dos movimentos sociais rurais, em luta pela terra ou por melhores condições de trabalho. Esse processo não é recente e tem suas raízes na própria história do Brasil. As lutas dos escravos negros contra a escravidão tiveram como consequência a formação dos quilombos, muitas vezes destruídos pelos bandeirantes, esses jagunços dos senhores de escravos. No século passado, a luta de Canudos, neste século, o Contestado, Trombas e Fornoço, Patrocinu, entre tantos outros, além dos inúmeros movimentos grevistas de colonos nas fazendas paulistas de café, são exemplos desse traço histórico das lutas no campo brasileiro.

Entretanto, foi o Movimento das Ligas Camponesas, que durante as décadas de 50 e 60 agitou o campo brasileiro, a primeira forma mais ampla de movimento social rural. Fundadas como sociedades beneficentes dos delinquentes, elas organizaram as lutas dos foreiros, motadores, arrendatários, pequenos proprietários e trabalhadores em geral da Zona da Mata nordestina, bem como a luta contra a expropriação e a exploração causadas pelo avanço dos latifúndios na região. Esse movimento começou com a fundação da Sociedade Agrícola de Plantadores e Pequenos de Pernambuco (SAPP), em 1954, no engenho de Galiléia, município de Vitória de Santo Antão (PE). Sendo uma sociedade beneficente de auxílio mútuo, teve como finalidade: a fundação de uma escola; a constituição de um fundo fiduciário (para compra dos caixões para enterrar os delinquentes); a aquisição de implementos agrícolas e sementes; e a reivindicação de assistência técnica junto aos órgãos governamentais.

Assim, as Ligas, lideradas por Francisco Julião, logo se alastraram pelo Nordeste e por todo o país, marcando, através dos movimentos e manifestações de massa, a primeira forma de luta pela reforma agrária no Brasil. Em função desse movimento, o governo federal de João Goulart criou a Supra (Superintendência da Reforma Agrária), que chegou a iniciar a primeira tentativa de implantação da reforma agrária, através de um decreto que autorizava a desapropriação de terras numa faixa de 20 km ao longo das rodovias do país. O golpe militar de 1964 sufocou o movimento, sendo suas lideranças presas e expulsas do país, quando não foram assassinadas.

Os governos militares pós-64 procuraram elaborar uma estratégia geopolítica capaz de sufocar a possibilidade de luta dos trabalhadores do campo, mas as transformações provocadas em diferentes regiões do país criaram novas condições e novas formas de luta. O número de conflitos no campo cresceu e alastrou-se por todo o país (Mapa 3).

Mapa 3. Municípios com Conflitos de Terras (1985-1986)

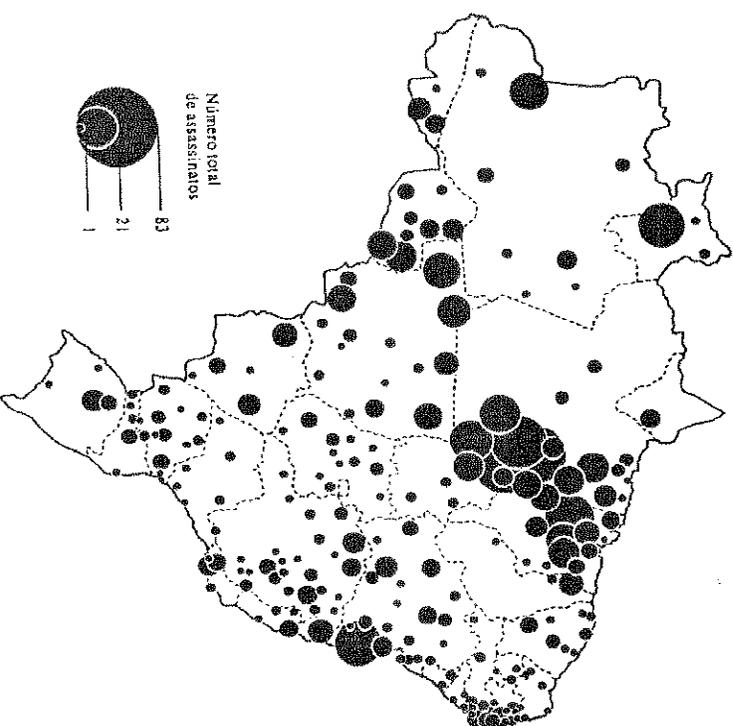


Fonte: A. U. Oliveira, *Geografia das Lutas no Campo*, São Paulo, Contexto, 1988.

Em todas as regiões do país ocorreram conflitos, sobretudo nas de ocupação antiga, que passaram a revelar as contradições do processo de desenvolvimento do

capitalismo no campo, ampliando a concentração fundiária por parte dos latifundiários rentistas (a maioria capitalistas) e o surgimento da luta dos camponeses pelo acesso à terra. A violência tem sido a marca registrada desses conflitos, e o número de mortos cresceu sobretudo a partir da criação da UDR (Mapa 4).

Mapa 4. Vítimas fatais de conflitos ocorridos no campo 1985-1996



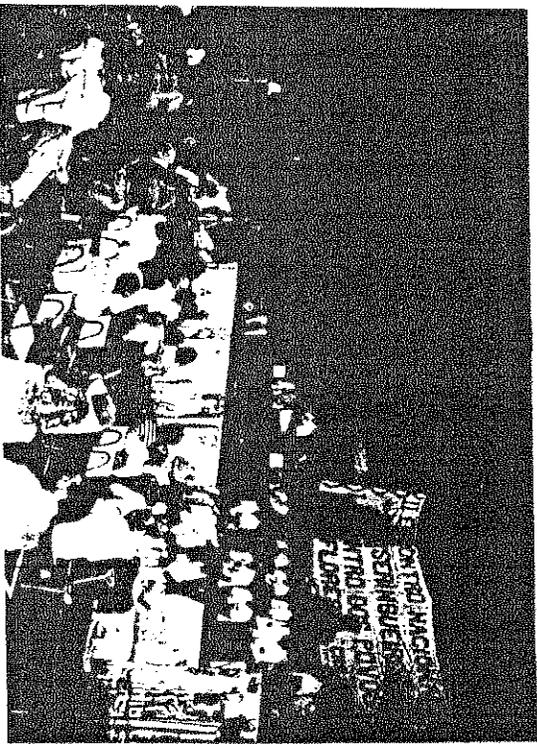
Fonte: *Revista de Estudos Avançados USP*, São Paulo, IEA - USP, vol. 11, n. 31, p. 63, set.-dez. 1997.

A implantação de grandes projetos agropecuários na Amazônia, principalmente no Pará, no Bico do Papagaio (região compreendida pelo norte de Tocantins, sudoeste do Maranhão e sudeste do Pará) e no Mato Grosso, gerou um grande



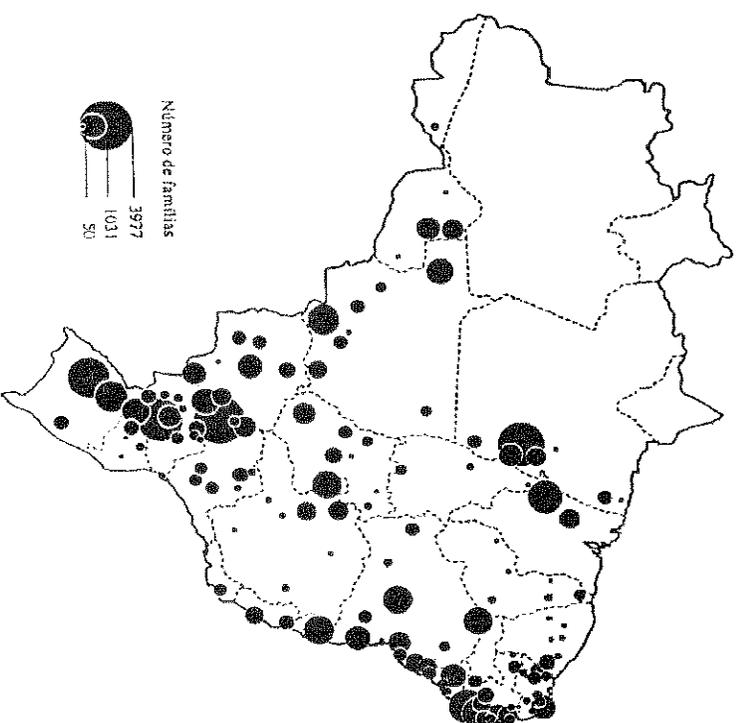
tra os latifundiários. O movimento tem aparecido na imprensa como luta contra o desmatamento da Floresta amazônica (ecológica, portanto), mas, na sua essência, é uma luta pela reforma agrária da e na floresta. Liderados inicialmente por Wilson Pinheiro (assassinado em 1980), depois por Chico Mendes (assassinado em 1988) e atualmente por Raimundo de Barros, Osmarino Amâncio Rodrigues, João Barbosa e Pedro Ramos, entre outros, esses seringueiros se organizaram, promoveram e estão lutando pela implantação das reservas extrativistas na Amazônia como uma forma não só de preservação da floresta mas também, e sobretudo, de reforma agrária na região. Como instrumento de luta criaram o Conselho Nacional dos Seringueiros e procuram unificá-la com a dos povos indígenas da região pela demarcação das reservas indígenas. Para isso, fundaram, junto com a UNI (União das Nações Indígenas), a Aliança dos Povos da Floresta.

Os povos indígenas também estão presentes nas frentes de luta pela preservação de suas terras. Movimentos nacionais e internacionais têm surgido com o intuito de pressionar o governo brasileiro a reconhecer e demarcar as terras indígenas. O Mapa 5 mostra a situação dessas terras, a maioria das quais está na Amazônia e



85. Primeiro Encontro dos Povos da Floresta.

Mapa 6. Ocupação de terras 1996



Fonte: Revista de Estudos Avançados USP, São Paulo, IEA - USP vol. 11, n. 31, p. 63 set-dez. 1997.

ainda não foi demarcada. Esses povos, mesmo lutando, têm tido sua sobrevivência ameaçada pelas constantes invasões de suas terras, quer por fazendeiros, grileiros e garimpeiros, quer pelo próprio Estado, que elabora planos e propostas de construção de hidrelétricas, estradas ou bases militares no interior de reservas indígenas. O Projeto Calha Norte é um exemplo disso.

Em meio a essa diversidade de movimentos sociais no campo brasileiro na década de 80, nasceu e se expandiu rapidamente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. Esse movimento, iniciado no Rio Grande do Sul, Paraná

e São Paulo tem atualmente nos acampamentos a estratégia de luta para pressionar o governo brasileiro visando à implantação da reforma agrária. Organizado nacionalmente, ele se constitui no principal movimento social no campo e busca, através das ocupações de terras, criar fatos políticos que mobilizem e sensibilizem os governantes para a necessidade da implantação da reforma agrária. Esse movimento utiliza-se também das caminhadas pelas estradas até as capitais, onde se realizam manifestações e ocupações de repartições públicas (INCRA, por exemplo) para pressionar os governos. Embora organizado nacionalmente, o movimento tem sua maior base de penetração nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, Goiás e Pernambuco (Mapa 6). Como resultado dessas pressões políticas, o movimento tem conquistado assentamentos em todos os Estados onde atua, nos quais procura desenvolver experiências de produção coletivizada através da criação de pequenas cooperativas ou associações de produtores.

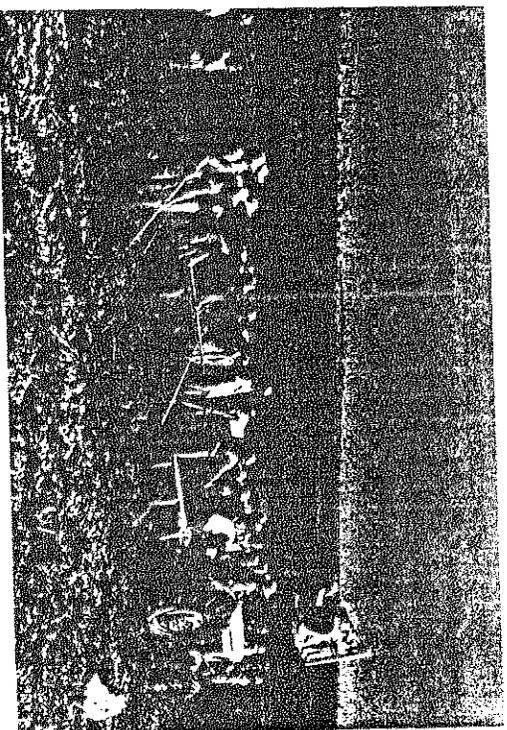
Dessa forma, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST é o movimento mais organizado e combativo no campo brasileiro, constituindo-se em um novo marco na luta política dos trabalhadores brasileiros pela reforma agrária.

### 8.6.1. A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

Em função do aumento da pressão política dos movimentos sociais no campo e do processo de ampliação da violência gerada pelos conflitos pela terra, o debate sobre a reforma agrária foi retomado pelas elites do país. No bojo da transição dos governos militares para os civis, o governo da "Nova República" (aliança política entre o PMDB e os dissidentes do PDS que vieram formar o PFL) anunciou, durante o 4º Congresso Nacional da Contag (Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura), a elaboração do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), conforme mandava o Estatuto da Terra aprovado em 1964.

Elaborado com o objetivo de estabelecer a "paz na terra", ou seja, procurar resolver os inúmeros conflitos pela posse da terra no país, o 1º PNRA previa a desapropriação de 43.090 milhões de ha de terras e o assentamento de 1,4 milhão de famílias em cinco anos (1985/1989). Para elaborar e implantar o plano, o governo de José Sarney criou o Ministério da Reforma Agrária (Mira), que teve como primeiro ministro Nelson Ribeiro.

Transcorrido o primeiro ano de implantação do plano, o Incra-Mira já tinha



86. Integantes do movimento sem terra em ocupação no Pontal do Paranaguá.

cumprido as seguintes metas: apenas 23% da área prevista para desapropriação no primeiro ano havia sido decretada desapropriada; somente 5% da área dos assentamentos fora regularizada; e 5% do número de famílias previstas estava assentado. Esse baixíssimo índice de cumprimento das metas deveu-se a uma grande luta política travada entre as forças progressistas, que defendiam a realizar reformas o governo, e as forças conservadoras (proprietários de terra), que apoiavam o governo. Em agosto de 1985, depois de um leilão de gado realizado em Goiás, a UDR (União Democrática Ruralista), com a finalidade de coordenar nacionalmente a ação desses latifundiários contra a reforma agrária. Essa entidade tem eleito deputados e senadores que, inclusive, na última Constituinte, votaram em massa contra as propostas de uma ampla reforma agrária.

Em decorrência dessa atuação da UDR e da ausência de decisão política por parte dos partidos que apoiavam o governo na "Nova República", a violência no campo continuou. Enquanto em 1980 ocorreram 467 conflitos no campo, em 1983 esse número subiu para 712, em 1990 foi de 448 e em 2003 foi de 1690. Em 1983



social do MST. A criação do MAST – Movimento dos Agricultores Sem Terra em São Paulo, apoiado pela Social Democracia Sindical (SDS) –, foi um exemplo.

Uma quarta estratégia colocada em prática pelo MDA foi a realização de reuniões e seminários com intelectuais que estudam a questão agrária, para auxiliarem na elaboração de políticas e ações de governo, e principalmente, para formarem uma espécie de frente de ação intelectual de crítica aos movimentos e seus intelectuais orgânicos. O MDA criou, inclusive, o NEAD – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – para alimentar estudos e ações voltadas para a chamada agricultura familiar.

Entretanto, a quinta ação tem sido marcada por lances espetaculares, de acordo com a chamada sociedade do espetáculo. A ação na mídia mobilizou o governo, os movimentos e a opinião pública. Reportagens procuraram impingir caráter salônico às lideranças do MST, contra-propaganda foi organizada a partir de grandes órgãos de imprensa, denúncias nunca foram provadas, houve formação de equipe de jornalistas no MDA, realização de pesquisas de opinião pública sobre o MST, produção de material virtual via Internet, etc. Essas ações geraram na mídia um conjunto significativo de notícias que visavam principalmente desmontar a imagem de apoio que a população tinha formado sobre o MST e a reforma agrária após a Marcha à Brasília em 1997. Certamente, nessa quinta estratégia, a mídia nada noticiou sobre a queda expressiva, desde 1998, do número de famílias assentadas. Embora a CNAISI – Confederação Nacional das Associações dos Servidores do INCRA – tivesse divulgado dados provando a redução.

O governo Lula, eleito também pela esperança de modificação dos rumos da reforma agrária, elaborou o II Plano Nacional de Reforma Agrária que pretende assentar apenas 400 mil famílias até o final de seu mandato. Mesmo assim, os conflitos cresceram e mais de 200 mil famílias estão acampadas.

Assim, o debate sobre a reforma agrária continua sendo uma questão aberta na sociedade brasileira, e o aumento dos conflitos no campo e o crescimento dos movimentos sociais revelam que, mais cedo ou mais tarde, o país terá que fazer uma ampla e massiva reforma agrária; ou então terá que continuar a conviver com uma das estruturas fundiárias mais concentradas do mundo e com os maiores latifúndios que a história da humanidade já registrou. A reforma agrária, além de resolver a maior parte dos problemas estruturais que existem no campo brasileiro, permitirá ampliar a oferta de alimentos e resolver o problema crônico da fome e do desemprego – enfim, da miséria que envolve milhões de brasileiros.

## GLOSSÁRIO

**Acampados.** Trabalhadores que, apesar de livres, guardam profunda dependência em relação aos senhores da terra.

**Avulso.** Corresponde à parcela de energia solar refletida pelo planeta. Ou seja, o albedo terrestre é a força refletiva da Terra e sua atmosfera.

**Alúvios.** Ventos constantes que sopram dos trópicos para o equador, procedentes de nordeste, no hemisfério norte, e de sudeste, no hemisfério sul. Manifestam-se de maneira muito rítida sobre os oceanos.

**Aluvionária.** É o processo de formação de populações geograficamente separadas por um isolamento reprodutivo completo.

**Anticiclone.** Parcela da atmosfera cujo centro apresenta pressões elevadas (superiores a 1 015 milímetros ao nível do mar), de onde partem massas de ar descrevendo um giro em sentido horário no hemisfério norte e anti-horário no hemisfério sul. Num corte vertical, corresponde a uma massa de ar descendente, é chamado de anticiclone estacionário quando se mantém sobre a mesma região de forma quase permanente.

**Auroconstrução.** Uma forma que o trabalhador encontra para conseguir sua própria moradia fora do mercado imobiliário. Para tanto, ele compra seu pequeno lote, os materiais de construção, e vai construindo, aos poucos, sua residência. Nesse processo ele usa todo o seu tempo de descanso para fazer essa construção.

**Autrogonização.** É o processo pelo qual se criam os gametas femininos e masculinos de uma mesma flor.

**Avulso.** Diz respeito às modificações operadas na natureza pelo homem.

**Bacia uravna.** Conjunto de cidades que muitas vezes, apesar de próximas, encontram-se entre si pouco integradas pelas rotas de mercadorias e serviços. Normalmente, cada uma delas liga-se diretamente, nessas rotas, com uma única grande cidade.

**Barros.** Nas comunidades aquáticas, o conjunto de organismos associados ao fundo do corpo de água recebe o nome de barro ou bentos (adj.: bentônico).